

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MIRELLE PATRINE ARAUJO SANTOS
YASMIN PATRICIA DOS S.F.C. DE BARROS

**Movimento estudantil em Serviço Social: desafios de ontem e de
hoje**

MACEIÓ

2021

MIRELLE PATRINE ARAUJO SANTOS
YASMIN PATRICIA DOS S.F.C. DE BARROS

**Movimento estudantil em Serviço Social: desafios de ontem e de
hoje**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado à
Universidade Federal de Alagoas, como requisito de
obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elaine Nunes Fernandes

MACEIÓ

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Yann Rêgis do S.F. U. de Lima Vanilla Patrícia Araújo Santos

Alunos/as concluintes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 25/03/2021

Título: "Movimento Estudantil em Serviço Social: desafios de ontem e de hoje"

Conceito: Aprovada

Banca Examinadora:

Elaine Rêgis Silva Fernandes

Professor orientador

Antônio Ribeiro de Menezes

Examinador

Telma C.S. de Lima

Profa Dra Telma Cristiane Sasso de Lima SIAPE 1639876

Examinador 2

Antônio Jorge de Menezes
Assistente em Administração
FBSO/UFAL
SIAPE: 2412249

Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso

Digitalizado com CamScanner

Agradecimentos

Aos meus pais, Maria Aparecida e José Arnaldo, por não medir esforços para que eu e meu irmão tivéssemos acesso a um ensino de qualidade, nos ensinando a não desistir de nossos sonhos e encarar a vida de maneira mais leve.

Aos meus irmãos, Jones e Alyce, me ensinando a ser mais paciente e cuidadosa, agradeço por existirem e deixarem meus dias mais alegres e felizes. À minha avó, que não está mais aqui, mas sei que sempre esteve presente em minha vida e sempre acreditou em mim. Todo meu amor por vocês.

Ao meu companheiro, Augusto, que acompanhou de perto o processo de escrita deste trabalho. Obrigada por me lembrar que sou capaz de tudo e por todo o incentivo e apoio na graduação e na vida.

As minhas amigas, Rikelly, Tatá e Gil, Yas, Ray, Ias, Joelcio e Thay, a militância no Centro Acadêmico me permitiu conhecê-las, e foi onde nos tornamos amigas, vivenciado tudo que o movimento estudantil pode proporcionar suas alegrias e dores. Com vocês me tornei a militante que sou hoje. Agradeço pelos ensinamentos, conselhos, apoio e companheirismo. Novamente agradeço a Yasmin e Rayane, minhas companheiras de militância e de vida, com elas conheci mais da ENESSO e o amor pela executiva. Vocês estão sempre presentes nos piores e melhores momentos da minha vida. Somos mais fortes juntas e que continuemos assim.

Mirelle Patrino Araújo Santos

Agradecimentos

Nesse momento, nomear todas as pessoas que contribuíram imensamente para chegar até aqui é um resgate de memorial e afetivo, durante todo esse tempo de graduação. Para não esquecer, vou resumir em três dimensões.

A primeira, a minha família e aos meus pais, que souberam ter e ser compreensão nas ausências dos eventos familiares, muito obrigada pela paciência e entendimento. É pela futura e pequena-grande geração de crianças que sigo. Amo vocês. Em memória, dedico a finalização deste trabalho a meu avô, Rubem Farias dos Santos.

Ao CARL na gestão 2016-2017 “Não me Kahlo”. Obrigada “problemáticas”. Composta por Tata, Gil, Rafa, Mip e Rikelly, foi aqui que o MESS, a Enesso e o SSO começaram a ter sentido. Nesse espaço pude dividir angústias, afetos e entender o significado de SSO, que me moldou até aqui. Ainda nessa época pude entender a importância do MESS junto com Lella, Tati e Amanda, nas articulações alagoas-bahia e durante o estágio no CRESS/16ª Região, dividindo com Ray os embates e olhares nesse espaço tão importante.

Obrigada as amigas que foram alicerce para chegar à finalização desse momento, mesmo que de longe (Keka e Mari) ou de perto (Tata, Gil, Ray, Rik, Ias, Joelcio, Thay) e a minha irmã Evelyne, por estarem comigo até aqui.

Um muito obrigada a Andrea e Gil, pela acolhida quando necessária no empréstimo de livros, conversas, casa, cafés e afetos compartilhados nesse processo de escrita. Esses momentos foram fundamentais.

E por fim, obrigada a minha amiga e dupla de escritos, desesperos e de diversões, Mirelle, por embarcar junto comigo nessa finalização de curso. Conseguimos!

Yasmin Cardoso de Barros

Epígrafe

Poema “Para os que virão”, de Thiago de Mello (1996)

Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.
Sabendo que não vou ver
o homem que quero ser.
Já sofri o suficiente
para não enganar a ninguém:
principalmente aos que sofrem
na própria vida, a garra
da opressão, e nem sabem.
Não tenho o sol escondido
no meu bolso de palavras.
Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular – foi deixando,
devagar, sofridamente
de ser, para transformar-se
– muito mais sofridamente –
na primeira e profunda pessoa

do plural.

Não importa que doa: é tempo
de avançar de mão dada
com quem vai no mesmo rumo,
mesmo que longe ainda esteja
de aprender a conjugar
o verbo amar.

É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.

Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros.)

Se trata de abrir o rumo.
Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando.

RESUMO

A proposta deste trabalho é de compreender o Movimento estudantil de Serviço Social (MESS) e quais são seus desafios postos na contemporaneidade partindo do entendimento que o MESS compõe as categorias organizativas principais do Serviço Social junto com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o Conjunto CFESS/CRESS. Tem-se percebido que a participação das/dos estudantes nos espaços de representação de base como os Centros e diretórios acadêmicos tem diminuído consideravelmente nos últimos anos. Nosso objetivo é compreender este processo de desmobilização e desarticulação das/dos estudantes nos espaços de organização e representação estudantil. O método dialético conduziu a construção deste trabalho. A pesquisa bibliográfica foi o procedimento metodológico adotado. Para tanto serviram como base livros, artigos e trabalhos que ofereceram subsídios para desvelar a conjuntura e suas implicações para o MESS na atualidade. Num primeiro momento, iremos analisar a atuação do movimento estudantil na conjuntura difícil que vivia o país durante a ditadura militar. As perguntas que pretendemos resolver são: quais as possíveis explicações para o movimento de letargia que nos aflige? Quais os impactos deste processo para o MESS? No primeiro capítulo, a partir de um contexto de guerra fria discutiremos a dominação dos Estados Unidos sobre países subdesenvolvidos como exemplo os países da América Latina, das manifestações do maio de 68 francês e seus impactos culturais. Faremos esse caminho para compreender os processos ditatoriais sofridos nos países latino americanos e os impactos sobre movimentos de resistência e combate à ditadura, com destaque especial para o movimento estudantil. Para finalizar abordaremos a construção do movimento de renovação do Serviço Social brasileiro localizando o movimento estudantil na construção do Projeto Ético Político (PEP). No segundo capítulo, trataremos das políticas de educação nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula, com destaque para as políticas do governo Lula e seus impactos na formação da classe trabalhadora e no acesso à Universidade. Em sequência finalizaremos com as jornadas de junho de 2013, seus rebatimentos na política brasileira e o crescimento das organizações de direita tanto nas redes sociais quanto a sua organização enquanto movimentos sociais, concluindo com o levante contra a ex-presidente Dilma Rousseff, no processo de impeachment.

Palavras-chave: Serviço Social; Movimentos Sociais; MESS.

Abstract

The purpose of this work is to understand the Student Movement of Social Work (MESS) and what are its challenges posed in the contemporary world, based on the understanding that MESS composes the main organizational categories of Social Work together with the Brazilian Association for Teaching and Research in Social Work (ABEPSS) and the CFESS / CRESS Set. It has been noticed that the participation of students in the basic representation spaces such as the Academic Centers and directories has decreased considerably in recent years. Our goal is to understand this process of demobilization and disarticulation of students in the spaces of student organization and representation. The dialectical method led to the construction of this work. Documentary research was the methodological procedure adopted. To this end, books, articles and works were used as a basis, offering subsidies to unveil the current situation and its implications for MESS. At first, we will analyze the performance of the student movement in the difficult situation that the country was experiencing during the military dictatorship. The questions we intend to solve are: what are the possible explanations for the lethargy movement that afflicts us? what are the impacts of this process for MESS? In the first chapter, from a cold war context, we will discuss the domination of the United States over underdeveloped countries as an example the countries of Latin America, the manifestations of the French May 68 and their cultural impacts. We will take this path to understand the dictatorial processes suffered in Latin American countries and the impacts on resistance movements and combating the dictatorship with special emphasis on the student movement. Finally, we will approach the construction of the Brazilian Social Work renovation movement, locating the student movement in the construction of the Political Ethical Project (PEP). In the second chapter, we will deal with education policies in the Fernando Henrique Cardoso (FHC) and Lula governments, with emphasis on the policies of the Lula government and their impacts on the formation of the working class and access to the University. In sequence, we will end with the days of June 2013, its repercussions on Brazilian politics and the growth of right-wing organizations both in social networks and organized as social movements, the uprising against former President Dilma Rousseff, concluding with the impeachment process.

Keys words: Social Services; Social Movements ;MESS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CGT - Confédération Générale du Travail

CCC - Comando de Caça aos Comunistas

ENESS - Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

EUA - Estados Unidos da América

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IES - Instituições de Ensino Superior

MESS - Movimento Estudantil de Serviço Social

ME - Movimento Estudantil

MEC - Ministério da Educação

MBL - Movimento Brasil Livre

MPL - Movimento Passe Livre

PCF - Partido Comunista Francês

PEP - Projeto Ético Político

PT - Partido dos Trabalhadores

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU - Reforma Universitária

RO - Revoltados Online

SESSUNE - Subsecretaria de Serviço Social da UNE

TMD - Teoria Marxista da Dependência

UFs - Universidades Federais

UJS - União da Juventude Socialista

UME - União Metropolitana dos Estudantes

UNE - União Nacional dos Estudantes

USAID - United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1- A Guerra Fria e a conjuntura mundial: seu significado para américa latina.....	16
1.1- Do maio de 68 francês ao continente latino americano.....	22
1.2 - Processo ditatorial no Brasil: A UNE e a ENESSO nos anos de chumbo	28
1.3- Da renovação do Serviço Social brasileiro e o protagonismo do Movimento Estudantil de Serviço Social: para jamais esquecer!	36
2- A política de educação do REUNI ao <i>impeachment</i> de 2016: desvelando o Movimento Estudantil.	42
2.1- A Luta Por Uma Universidade Pública: do REUNI como política de acesso à universidade, queremos mais!.....	45
2.2- Junho de 2013 ao <i>impeachment</i> : quem está nas ruas?.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS	65

Introdução

Durante os anos 1960, as investidas norte-americanas vinham seguindo a necessidade de expansão territorial do capitalismo em desenvolvimento, principalmente em países ligados ao que foi chamado à época “dominação comunista” que buscavam o desenvolvimento das nações latino americanas de maneira “independente”, sem a presença de capital estrangeiro. A América Latina que, historicamente desempenhara uma função importante no processo de acumulação capitalista, foi considerada pelo império norte americano uma região vulnerável à influência socialista. Os golpes militares foram a saída para conter a presença do inimigo no continente.

No Brasil, a atuação do movimento estudantil foi fundamental, sendo marcada por resistência a toda repressão, ao mesmo tempo em que compunham a frente de vanguarda, denunciando as perseguições daquele período e defendendo os interesses estudantis e dos trabalhadores. Os estudantes sofreram grandes repressões pelos aparatos militares, como exemplo a dissolução da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1973.

A UNE¹ é apontada como principal organização estudantil da época, apresentando uma grande importância no entendimento do período da ditadura às organizações estudantis, e especialmente pela influência que teve na mobilização e organização das/dos estudantes, em especial do Serviço Social.

Toda essa configuração política e econômica traz um impacto para a formação da profissão do Serviço Social na América Latina, principalmente durante o período de reconceituação na década de 1960-1980. Nesse momento, as bases tradicionais da profissão são acompanhadas pelo movimento de questionamento da formação social brasileira, do papel do Serviço Social e sua intervenção, frente às mudanças geradas durante a Ditadura Civil Militar intensificadas pela conjuntura internacional. Aqui o Movimento Estudantil de Serviço Social-

¹ Cabe ressaltar que, durante o momento da pesquisa, encontramos dificuldades de acesso à materiais históricos no site da própria entidade. Em pesquisas realizadas anteriormente para a escrita de um artigo sobre o ME, foi possível encontrar esses materiais históricos, detalhando a história da UNE e sua organização no período ditatorial. Nessa nova consulta, quando buscamos estes mesmos arquivos, os mesmos não estavam mais disponíveis, só haviam fotos legendadas descrevendo o ocorrido.

MESS teve uma importante participação o que contribuiu definitivamente na construção do processo de reconceituação do Serviço Social brasileiro.

Diferentemente daquele momento, observamos, como militantes do MESS que há em curso um processo de esvaziamento do movimento em paralelo ao surgimento e fortalecimento de outras organizações: tanto de direita quanto de esquerda. Essas impressões nos motivaram a compreender quais desafios tivemos no passado e quais desafios temos no tempo histórico presente. Para tanto, buscamos no primeiro capítulo, compreender as determinações históricas, políticas e econômicas que explicam o processo desencadeado na década de 1960 no Brasil e que impactaram decisivamente a construção do MESS. No segundo capítulo, discorreremos sobre os desafios contemporâneos, destacando não só a mudança da conjuntura, como do perfil estudantil como consequência dela, o que explica em parte o enfraquecimento da atuação política do movimento.

1- A Guerra Fria e a conjuntura mundial: seu significado para América Latina

Por volta da década de 1914, o mundo atravessava uma fase de intensas disputas territoriais e econômicas, Hobsbawm (1995) classificou esse período como a “Era da Catástrofe”. Para o autor, este período, compreendido entre 1914 a 1945, foi um “período homogêneo único na história do mundo” (HOBSBAWM, 1995, p.178) onde a Guerra Fria ocupava um importante espaço de disputa no cenário internacional, a partir do período final da 2ª Guerra Mundial.

“A guerra fria entre EUA e URSS que dominou o cenário internacional na segunda metade do século XX [...] gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento e devastar a humanidade”. (HOBSBAWM, 1995, p. 178)

Neste momento, existia no ideário ocidental, que após o fim da Segunda Guerra Mundial não haveria futuro para o capitalismo mundial e a sociedade liberal não estava assegurada, devido a instabilidade política que estava posta. Para Hobsbawm (1995)

“Além disso, o sistema internacional pré-guerra desmoronara, deixando os EUA diante de uma URSS enormemente fortalecida em amplos trechos da Europa e em outros espaços ainda maiores do mundo não europeu, cujo futuro político parecia bastante incerto- a não ser pelo fato de que qualquer coisa que acontecesse nesse mundo explosivo e instável tinha maior probabilidade de enfraquecer o capitalismo e os EUA, e de fortalecer o poder que passava a existir pelo e para revolução” (HOBSBAWM, 1995, p.182)

Durante este processo, é apresentada uma particularidade da Guerra Fria, que apesar de ter uma disputa de dominação de mundo entre duas grandes potências - EUA e URSS - e com todas as mudanças sociais e políticas gestadas durante o período de guerra, esse enfrentamento não era feito de maneira direta, de confronto armado.

“Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sob ela exercia predominante influência - a zona ocupada pelo exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra - e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética (HOBSBAWM, 1995, p. 179).”

Ou seja, num dado momento, parecia haver um certo acordo entre os principais países que representavam à época a polarização entre dois mundos, pacto este que assegurava ambos os países não utilizarem suas bombas nucleares e a não intervir no território que já estava dominado por seu adversário. Entretanto essa convivência aparentemente pacífica, escondia uma verdadeira operação de guerra que se dava de maneira diferente daquela até então experimentada pela humanidade durante os dois conflitos bélicos mundiais.

Uma estratégia utilizada durante esse processo foi a dominação ideológica promovida pelos EUA, como forma de garantir a expansão do capitalismo - que nessa época estava em grande desenvolvimento - instaurando o medo, com o discurso de que os comunistas planejavam ter domínio mundial, além de seu poder armamentista e sua ideologia ateia. Entretanto não havia evidências disto, ao contrário

“[...] nas áreas em que Moscou controlava seus clientes e movimentos comunistas, estes se achavam especificamente comprometidos a *não erguer* Estados segundo modelo da URSS, mas economias mistas sob democracias parlamentares multipartidárias, distintas da ‘ditadura do proletariado’ e, ‘mais ainda’, de partido único (HOBSBAWM, 1995, p. 183).”

As investidas, portanto, nos países latino americanos seguem essa linha de expansão territorial e consolidação econômica. Além do que, a importação de produtos de consumo em países considerados desenvolvidos, dos países latino americanos, entre outras explicações, constituem o que a teoria marxista da dependência conceitua como economia dependente². Para Duarte e Graciolli (2007)

“[...] tentava compreender as limitações de uma forma de desenvolvimento que se iniciou em um período histórico no qual a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de poderosos grupos econômicos e forças imperialistas. Por esse motivo, enxergava que a forma de desenvolvimento implementada na América Latina só tenderia a aprofundar cada vez mais as relações de dependência (p. 01).”

²Sob a formação social e histórica de desenvolvimento dos países latino americanos, existem duas correntes teóricas. Iremos considerar a Teoria Marxista da Dependência- TMD, desenvolvida durante a “[...] início dos anos 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento socioeconômico na região, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940 (DUARTE; GRACIOLLI, 2007, p. 01).”

Em linhas gerais a Teoria Marxista da Dependência (TMD)³, entende-se que os países latino americanos ocupam uma posição de subordinação⁴ frente ao desenvolvimento do capitalismo. Sem essa posição de subordinação dos países periféricos, o capitalismo não teria conseguido se desenvolver.

Uma característica importante é o complexo industrial-militar que foi altamente desenvolvido pelos dois países, durante o período de guerras. Aliado a alta tecnologia, as armas nucleares e a grande corrida armamentista, em ambos países eram reforçados pelos governos ao alto investimento em homens e recursos para a preparação “à guerra”. Nesse período a economia mundial capitalista estava passando pelo modo de produção fordista⁵, desenvolvido pelos EUA que modificaram as relações de trabalho e produção para os trabalhadores, o que foi angariado desse processo foi uma extensa exploração de sua mais valia, intensificação de trabalho, não identificação durante o processo produtivo de mercadorias e retirada de direitos. Num outro âmbito, os trabalhadores conseguiram se organizar⁶ coletivamente, devido às influências do “socialismo real” ou da “social democracia”, o primeiro estava em pleno desenvolvimento na URSS.

Segundo Behring e Boschetti (2008)

“[...] Após a segunda guerra mundial, quando se adentrou na fase madura do capitalismo. Esta foi marcada em seus primeiros 30 anos por uma forte expansão, com taxas de lucro altas e ganhos de produtividade para as empresas, e políticas sociais para os trabalhadores. É quando se ergue o Estado social nos diferentes formatos históricos que adquiriu. Esse período de anos “gloriosos” ou de “ouro” dá sinais de esgotamento a partir dos fins dos anos 1960 [...] (p. 82)”.

³A teoria marxista da dependência ou TMD, como é conhecida, tem como sua principal referência os estudos de Ruy Mauro Marini, especialmente em sua obra *Dialética da Dependência* (1973). Outros autores, também brasileiros contribuíram significativamente para a formulação dessa teoria, a exemplo de Vânia Bambirra e Teotônio dos Santos.

⁴“[...]entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual a economia de certos países está condicionada ao desenvolvimento e expansão de outras economias [...]” (DUARTE; GRACIOLLI, 2007, p. 06).

⁵Padrão de acumulação desenvolvido durante a era dos monopólios foi um dos grandes pilares durante o acúmulo de capital pós-1945, onde o Estado “[...] passa a ter um papel ativo na administração [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 86) tanto na produção quanto na regulação das relações sociais, utilizando da produção em massa para gerar um consumo em massa “e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno de ganhos de produtividade do trabalho”. Para saber mais, consultar *Política social: fundamentos e história*.

⁶Essa intensificação de luta de classes foi expressa com a explosão do operário-massa, que agora assumindo uma nova forma de produzir trabalho começa a questionar o controle social da produção. Ver Antunes e Ridenti (2007).

Conforme Krilow e Martins (2015) sinalizam, internacionalmente haviam mudanças nas questões políticas postas após a Grande Depressão, como a ascensão de regimes autoritários em países de quase toda a Europa Centro-Oriental. As crises internas do próprio sistema e o movimento de contestação da classe trabalhadora, são reflexos da crise do Estado de bem-estar, que desde a década de 60 já vinha sinalizando desgastes.

“Além do esgotamento econômico do ciclo de acumulação (manifestação contingente da crise estrutural do capital), as lutas de classes ocorridas ao final dos anos 60 e início dos 70 solaparam pela base o domínio do capital e afluíram as possibilidades de uma hegemonia (ou uma contra-hegemonia) oriunda do mundo do trabalho. A confluência e as múltiplas determinações de reciprocidade entre esses dois elementos centrais (o estancamento econômico e a intensificação das lutas de classe) tiveram, portanto, papel central na crise dos fins dos anos 60 e início dos anos 70 (ANTUNES, 2005, p. 42)”.

A reestruturação produtiva é a estratégia desenvolvida pelo capital para superação de sua crise estrutural. Com o esgotamento dos anos de ouro, haviam modificações no âmbito da categoria do trabalho, trazendo a flexibilização e desregulamentação das conquistas trabalhistas, alterando assim a forma de realizar a produção “[...] com ênfase em formas peculiares, e perversas de gestão da força de trabalho”. (SILVA, 2011, p. 02). Há uma clara separação entre o trabalhador especializado, que precisa adquirir um grau maior de escolarização, pequenas diferenças salariais e com maiores condições de permanência de trabalho diferentemente do trabalhador na fábrica, agora passando a exigir nível maior de sua qualificação, além de exercer seu trabalho com aparelhos de tecnologia avançada, o mesmo ainda tem que ser polivalente, no outro grupo de trabalhadores é caracterizado por contratos de trabalho temporário, com precárias condições e permanência de trabalho e com maior rotatividade de empregos.

“Esse processo atingiu também as bases de filiação dos sindicatos. Em vista do desemprego estrutural intenso que vem se propagando por toda a economia mundial, junto à informalidade e ao frequente trânsito dos trabalhadores entre diferentes posições na estrutura produtiva, fatores até mesmo estimulados pelas ofensivas políticas neoliberais de desregulamentação e flexibilização crescente da legislação trabalhista”. (PINTO, 2007, p 43)

O início dos anos 60 é conhecido como a falência da década dos “anos dourados” ou “os anos gloriosos do capital”. Aqui, devido às intensas manifestações acumuladas dos trabalhadores negando o modo de produção vigente, soma-se o fato da crise estrutural do capital que vinha se arrastando desde a crise de 29 e também a chamada crise do “socialismo real”. Partindo das concepções de Netto (1995), vários fatores⁷ contribuíram para essa crise

“[...] passou a travar (e nessa medida, logo em seguida a colidir com) o aprofundamento da socialização da economia- estabeleceu-se, de fato, um feixe de contradições entre as exigências dinâmicas do desenvolvimento das forças produtivas no marco de uma economia centralmente planejada [...] (p. 16).”

No campo político-ideológico, o colapso do modelo keynesiano-fordista veio acompanhando as crises do modelo revolucionário da época, a URSS que neste momento encontrava-se também em crise.

“[...] o velho mito (velha mistificação) do ‘fim da história’ ressurgiu e ganha ampla ressonância: Em resumo: os passos em direção a uma ordem social diferente (o comunismo) revelaram-se um equívoco e sua sustentação (a obra marxiana) um sistema de erros; há que corrigir o desvio, retornar à ‘sociedade de livre fundada no mercado, tratando de administrá-la razoável e honestamente- e os melhores candidatos à gestão são os chamados neoliberais [...]’ (Ibidem, p.11)

Neste momento, com a dissolução da ideia de alternativa comunista como possibilidade de construção de mundo e aliado a isso, o fato de que a teoria marxiana encontrava-se em desqualificação, pois “[...] mobilizam-se em escala planetária os meios de comunicação a manipulação social para oferecer massivamente as ‘comprovações empíricas’ da ‘morte do marxismo’: o colapso do socialismo real é posto como prova cabal do falso e do arbitrário teórico de Marx [...]” (Ibidem, p. 33-34) abre-se um amplo caminho para a instauração do modelo neoliberal.

Com a revolução tecnológica promovida a partir da consolidação do capitalismo monopolista, houveram mudanças também no campo cultural, onde Hobsbawm (1995) chama

⁷A junção com a crise do marxismo, são sustentadores da temática que afirma o fim da alternativa comunista como necessária a superação de crises e possibilidade de novas sociabilidades, abrindo espaço para as ideias do neoliberalismo, enquanto “solução” para o capital. Negar a relação entre a crise e o desenvolvimento do capitalismo também são utilizadas para sustentação do fim da alternativa comunista.

de revolução cultural expressando na inserção dos jovens no mercado de trabalho, no sistema de consumo de mercadorias - vestuário, cultura, música etc, e também na constituição familiar. Novos questionamentos estavam surgindo, como reflexo do desenvolvimento do capitalismo, “Contudo, o grande significado dessas mudanças foi que implícita ou explicitamente, rejeitavam a ordenação histórica e há muito estabelecida das relações humanas em sociedade, que as convenções e proibições sociais expressavam, sancionavam e simbolizavam” (HOBSBAWM, 1995, p. 260).

Um exemplo concreto de mudanças no campo cultural e que envolvem a juventude à época, é mostrado durante as manifestações contra a guerra do Vietnã que vinha sendo financiada pelos EUA, onde

“Os movimentos pelo desarmamento nuclear tampouco foram decisivos, embora um movimento contra a guerra específico, o dos jovens americanos contra o seu recrutamento para a Guerra do Vietnã (1965-75), se mostrasse mais eficaz. No fim da Guerra Fria, esses movimentos deixaram recordações de boas causas e algumas curiosas relíquias periféricas, como a adoção do logotipo antinuclear pelas contraculturas pós-1968 e um entranhado preconceito entre os ambientalistas contra qualquer tipo de energia nuclear.” (Ibidem, p. 187)

Acompanhando o movimento de mudança que vinha acontecendo, no continente latino-americano temos a forte influência dos Estados Unidos, no patrocínio e investimento de conflitos e a implantação de ditaduras militares, em toda sua extensão. A política de intervenção adotada durante este período é resumida entre pactos⁸ acordados entre alguns representantes de governo latinos americanos e a cúpula dos Estados Unidos da América (EUA), com a justificativa de combater a miséria e pobreza, “[...] a qual poderia levar esses países a verdadeiros levantes populares, o que criaria condições para tornar estas sociedades propensas ao socialismo, possibilitando uma repetição da história de Cuba.” (GESTEIRA, 2014, p. 04), encobrindo suas reais intenções.

Os países latinos americanos tornam-se campos de disputa das duas superpotências mundiais, daquele momento pela “[...] e influência política, econômica e ideológica,

⁸ Alguns pactos que foram acordados: A Adoção da Aliança para o progresso, em Marini (1970), a Criação do SNI (Serviço Nacional de Informação) em Coggiola (2001) e a Operação Brother Sam, Coggiola (2001). Entretanto, iremos salientar referente a instauração da ditadura civil militar no Brasil.

interferindo ou até mesmo promovendo conflitos regionais por todo o globo, fomentando guerras em outras nações e usando-as para estabelecer ou reforçar alianças regionais, e com isso ampliar sua zona de influência”. (Ibidem, p.03). Na conjuntura social e política daquele período, alguns países da América Latina estavam passando por um período de forte mobilização, especialmente

“[...] Paraguai, Brasil e Argentina – passavam no final da década de 1950 e meados de 1960, por um processo singular em suas histórias, com seus governos nas mãos de políticos propensos às causas nacionalistas e trabalhistas [...]”. (Ibidem, p.03)

Essa conjuntura provocou uma intervenção norte-americana no continente. Contribuía para isso, o êxito recente da Revolução Cubana⁹ que até então contava com a simpatia do governo russo. Com essa primeira iniciativa, as investidas nos países da América latina começam a ter uma maior capilaridade e abre-se espaço para a criação de mecanismos de controle e intervenção¹⁰.

1.1- Do maio de 68 francês ao continente latino americano

Como reflexos da crise do “socialismo real” e da crise estrutural do capital, um dos grandes eventos que marcam o mundo no campo das lutas sociais durante o ano de 1968, foram as manifestações estudantis e operárias que ocorreram na França. É comum a circulação de notícias referentes ao maio de 1968 não apresentarem vinculação com a crise do capitalismo, dando ênfase muitas vezes somente ao processo de mudanças universitárias e/ou deslocando o sentido as lutas e revoltas sociais.

Segundo Mandel (2018) o movimento estudantil da época foi o detonador das insatisfações acumuladas pelos trabalhadores. Na época, “[...] da crise do neocapitalismo e da

⁹ A Revolução Cubana é considerada por muitos autores Gesteira (2014) e Coggiola (2001) a primeira nação de cunho socialista dentro do continente americano, que obteve êxito. Como medida de controle, o governo norte-americano de “[...] John Kennedy cria a Aliança Para o Progresso, projeto que visava integrar os países latino americanos definitivamente ao bloco capitalista, através de investimentos sociais e econômico nessas nações.” (GESTEIRA, 2014, p. 04)

¹⁰ A política de Aliança para o Progresso é exemplo de como foi arquitetado esse processo. Conforme Marini (1970) afirma, à época pensada pelo então presidente dos Estados Unidos, John Kennedy “[...] lança a Aliança Para o Progresso, que além de tentar conter possíveis revoluções populares, servia também, no contexto da Guerra Fria e da Revolução Cubana, para divulgar os ideais econômicos e culturais do capitalismo ocidental e abrir o mercado dessas nações ainda mais ao capital estadunidense.” (MARINI, 1970, p. 04)

sociedade burguesa em seu conjunto” (p.03) estavam em um grande momento de agitação popular e com o movimento estudantil francês de maio de 68, foi o ápice para colocar tudo à tona. Ao longo dos dias 14 e 27 de maio na França, foram considerados os dias de maior greve geral da época, encabeçada pelos estudantes e o operariado francês, apesar das tentativas de negarem o fato histórico ¹¹. A França, assim como grande parte do mundo, sentia os efeitos da reestruturação produtiva que impôs novas formas de organização do trabalho, já mencionadas anteriormente, colocando o processo de trabalho de maneira repetitiva, alienada e de acordo com as novas necessidades do capitalismo.

Com a grande produção de mercadorias de massa o consumo também tinha características de consumo de massa “[...] e transformou a sociedade, por sua vez, em um mundo de robôs, como modos de vida codificados e com rotinas rigidamente demarcadas [...] (VAZ, 2018, p. 03)”. No setor da educação, as mudanças do capitalismo “[...] tinham aberto as universidades às classes trabalhadoras, o número de estudantes do ensino superior tinha passado de 175 mil para meio milhão em dez anos (entre 1958 e 1968)”. (SANTA; VALERA, 2018, p. 972)

Segundo Hobsbawm (1998) o movimento de maio de 1968 teve dois momentos: o primeiro (de 3 a 11 de maio) compreendia o processo de mobilização estudantil, estendendo-se ao movimento operário nas províncias da França, transformando-se em um movimento de massa com “[...] 61% dos parisienses foram a favor dos estudantes e somente 16% eram claramente hostis [...]”. (p. 307) Neste primeiro momento também podemos observar, segundo Bernardo (2008) que as discussões internas concentram-se na adesão¹² ou não dos operários nas revoltas estudantis.

¹¹ Conforme Bianchi e Braga (2008) indicam “[...] A história oficial não podia reconhecer o alcance do movimento; optou por apagá-lo. [...] Os dados oficiais a seu respeito foram sumariamente suprimidos dos boletins estatísticos (p. 20)” para retirar a importância das lutas de 1968.

¹² Do outro lado encontrava-se a representação do Estado - a polícia e representando a gestão/parlamento alguns discordantes da união entre trabalhadores e estudantes - representado pela *Confédération Générale du Travail-CGT*, maior representação sindical e cuja sua maioria eram vinculados ao *Partido Comunista Francês* (PCF) e a figura do governo Francês, como representante Charles De Gaulle.

O ponto de ebulição das revoltas de Maio de 68 começou com o movimento estudantil universitário, que a partir das contestações referentes ao ambiente universitário tinham como objetivos de mudanças: reformulação de grade curriculares, contestação do tipo de ensino universitário, inserção de matérias com viés crítico, mudança na concepção de ensino e pesquisa dentro da universidade¹³ que estava focando o ensino para formar apenas mão de obra qualificada para atender as necessidades do capitalismo na França. Importante ressaltar que o movimento de estudantes tinha respaldo de suas bases (outros estudantes), durante o processo de tomada de decisões, sem ter interferências de outros poderes.

“A tarefa primordial da universidade não é mais a produção de homens “educados”, de discernimento e de qualificações- ideia que correspondia às necessidades do capitalismo de livre concorrência- mas a produção de assalariados intelectualmente qualificados para a produção e circulação de mercadorias (MANDEL, 1982,p. 183)”.

Os atores sociais que estavam participando naquele momento, segundo Thiollent (1998) eram representados por estudantes universitários, em sua maioria de classe média, professores, e também a classe trabalhadora de assalariados, recém- formados que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho gerando o aumento estrutural do número de desempregados e a classe de operários¹⁴ vindo das fábricas, indústrias composta por imigrantes.

“A efervescência estudantil era antes a manifestação mais evidente ou o barômetro sensível de um descontentamento geral e de uma crise maior que já se anunciava a partir de dentro da sociedade francesa, cujas origens mais profundas pertencem ao processo geral de racionalização da produção instaurado na grande indústria capitalista em finais do século XVIII”. (VAZ, 2018, 02)

Em nome da solidariedade e pelo fim da repressão, estudantes e operários saíram às ruas de Paris no dia 13 de Maio de 1968, em manifestação que agregou cerca de “[...] um milhão de pessoas, a maior já realizada na França [...] À frente do cortejo [...] ia uma faixa proclamando ‘*Estudantes, professores, trabalhadores solidários*’ (BERNARDO, 2008, p. 28).”

¹³ Para informações mais apuradas referente ao âmbito universitário durante as revoltas de Maio de 1968 na França, recomendamos a leitura do artigo THIOLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. Tempo Social.Rev. Sociol. USP, São Paulo, 10 (2): 63-100, outubro de 1998. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86781/89783>>

¹⁴ O número de trabalhadores que aderiram às greves daquela época não é um consenso durante a pesquisa de artigos que foram realizados, mas no curso das leituras, entende-se que nesse período foi uma das maiores manifestações de toda a história da França. (BERNARDO, 2008)

A identificação da classe operária junto às lutas estudantis encontrava-se no fato de que, assim como no campo universitário, as condições nas fábricas e na estrutura de organização do trabalho estavam a favor do capital impondo a produção em alta escala em um curto período de tempo, como as péssimas condições de permanência e de trabalho que

“Os operários, em particular a massa de especializados, revoltaram-se contra o peso da crise que começou a recair sobre seus ombros, e o desequilíbrio instalou-se. Os operários decidiram juntar-se aos estudantes grevistas e recusaram-se ao jogo de ‘perdre sa vie à la gagner’ (‘perder a vida para ganhá-la’). Tal recusa apareceu também sob a forma de absenteísmo no trabalho — o chamado ‘turn-over’, a recusa do trabalho, ou sob a forma de sabotagem. Mas foram provavelmente as condições salariais dos trabalhadores especializados, a maioria absoluta dos trabalhadores fordistas, que levaram os trabalhadores à revolta e a se juntarem aos estudantes. Esta adesão ficou definitivamente gravada nas bandeiras que tremulavam por toda parte com os dizeres: ‘étudiants, professeurs, ouvriers’ (‘estudantes, professores, operários’). Foi esta junção histórica entre o trabalho intelectual e o trabalho manual que fez do Maio de 1968 na França um evento particular e diferenciado em relação ao que ocorria no resto do mundo”. (VAZ, 2018, p. 04)

A criação de Universidades Populares (*universités populaires*)¹⁵, pela iniciativa do movimento estudantil parisiense, mostra a importância da articulação com os operários. A ideia surgiu como estratégia de construir espaços de formação política para trabalhadores e estudantes, que na época se aglutinavam nas manifestações/mobilizações, reafirmando a semelhança dos grupos, na defesa da mesma bandeira de reivindicação, mesmo com as contínuas estratégias de desvincular os operários dos estudantes promovidos pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Esse movimento conjunto surpreendeu alguns atores que não se encontravam alinhados com a base - os operários - que optaram por fazer “negociações” com o grande patrão. Por não concordar com a união entre os estudantes e os operários, o PCF e posteriormente a Central Geral dos Trabalhadores (*Confédération Générale du Travail-CGT*) tentaram impedir as alianças operários-estudantis, “[...]cerca de 10 milhões de assalariados decidiram prosseguir a greve e de então em diante a CGT seguiu a tática de fragmentar a luta nas negociações e nos acordos”. (BERNARDO, 2008, p. 30) Ao final do movimento, as jornadas de maio de 1968 não ficaram restritas apenas à França ou ao continente europeu. O processo de insurreição de

¹⁵ As Universidades Populares eram ministradas durante o período do verão, tendo como experiência/exemplo as Universidades da Alemanha, onde já haviam aproximações de estudos entre estudantes e trabalhadores. Para mais informações consultar o capítulo “*Experiência de Universidade Popular*” no artigo de Thiollent (1998).

trabalhadores e operários teve impactos também na América Latina com destaque para o Brasil.

Por aqui

“[...] além das influências dos fatores internacionais e da identidade com movimentos contestadores de outros países, o 1968 brasileiro teve especificidades. [...] o nosso movimento estudantil, deflagrado a partir de março, seguiu uma dinâmica de luta específica e um calendário político próprio, anterior ao famoso maio de 1968 na França.” (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p.79)

Além disso, a conjuntura internacional teve intervenção direta nas mobilizações brasileiras. Segundo Antunes e Ridenti (2007) as contestações da Primavera de Praga, o massacre estudantil de Tlatelolco no México, as manifestações contra a Guerra do Vietnã, surgindo nos Estados Unidos da América e o maio francês de 68, marcam a presença no Brasil nesse caldo de manifestações. O movimento operário¹⁶ também apresenta particularidades brasileiras e influências internacionais. Nos países de terceiro mundo haviam algumas similaridades na formação social e histórica como

“[...] industrialização avançada, a crescente urbanização e consolidação dos modos de vida e cultura das metrópoles, a massificação dada pela indústria cultural, o aumento do proletariado e das classes médias assalariadas, a importância dos jovens na composição étnica da população, o acesso crescente ao ensino superior, além da incapacidade do poder constituído para representar sociedades que se renovavam.” (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 80)

No Brasil, que estava passando pelo seu processo ditatorial neste período, ocorreu a Passeata dos Cem Mil que foi considerada o maior movimento de rua, durante o período ditatorial, desde a instauração do Golpe Militar em 64, atingido seu ápice após a morte do estudante Edson Luiz. Com cartazes reivindicando “abaixo a ditadura”, “contra a repressão” e as liberdades, a passeata reuniu desde estudantes à sociedade civil organizada. Como um dos legados do movimento de maio de 1968, as mobilizações que ocorreram alavancaram outros movimentos com pautas mais específicas, por exemplo, o movimento negro, ambientalista, contra a homofobia, movimento feminista que reivindicava “[...] o direito ao divórcio, à

¹⁶ Aqui o operariado massa estava passando por um período de grandes mobilizações, tanto fazendo oposição à ditadura civil militar quanto fazendo reivindicações relacionadas às questões de trabalho, de controle social da produção fazendo a relação com a queda do modo de produção que se apresentava em seu ápice da crise estrutural. Ver mais detalhes em Antunes e Ridenti (2007).

legalização do aborto, entre outros, encontraram reconhecimento legal, rápida ou lentamente, em inúmeros países (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2001, p. 259)”.

O maio de 68 encontra-se em constante avaliação, pois ele serve de registro histórico para a compreensão do que foi naquele momento a participação política contestatória do ME, referente a expansão do modo de produção do capital e os seus impactos às condições de vida e reprodução das/dos trabalhadores brasileiros. O ano de 1968 no Brasil também é significativo pois nele há uma grande concentração de manifestações sociais, estudantis, sindicais, populares etc, porém as manifestações universitárias na América Latina tem início bem antes. Por aqui, as primeiras manifestações estudantis na educação, são datadas em 1918, na Argentina¹⁷. Ela servirá de exemplo para toda a educação superior latino americana, registra-se então

“[...] A chamada Reforma de Córdoba é considerada um marco na história das universidades latino-americanas por ser pioneira na construção de um modelo institucional que atribui uma identidade e um modelo de atuação renovado no ensino superior.” (FREITAS NETO, 2011,p. 62)

Com um sistema catedrático, onde as cadeiras universitárias eram ministradas por professores e na época, que excluía estudantes de classes médias, três cursos se organizaram e no dia 21 de junho de 1918 e lançaram um manifesto, chamado *Manifiesto de la F.U de Córdoba*¹⁸ que afirma:

“Nosso regime universitário - mesmo o mais recente - é anacrônico. Ele se baseia em um tipo de lei divina: o direito divino dos professores universitários. Ele se cria. Nele ele nasce e nele morre. Mantém uma distância olímpica. A Federação Universitária de Córdoba se levanta para lutar contra esse regime e entende que a vida está nele. Ele reivindica um governo estritamente democrático e sustenta que as demos universitárias, soberania e direito ao autogoverno estão principalmente com os estudantes”. (*Manifiesto de la FU de Córdoba*)

¹⁷ Com os resquícios de conservadorismo e vínculo com a igreja católica, a universidade ainda sofria algumas interferências de líderes religiosos. Somado a isso, na Argentina, acontecimentos anteriores ao movimento, são impulsionadores para a manifestação estudantil e a questão educacional. Para ver mais sessões referentes à Reforma de Córdoba, consultar Freitas Neto (2011) .

¹⁸ Organizado em 15 parágrafos, o *Manifiesto* estudantil apresenta, em linhas gerais a crítica às questões universitárias e a docência, que era central a diferença hierárquica e o autoritarismo docente, a necessidade da universidade não estar vinculada aos ideais norte americanos e sim, as demandas estudantis. Para mais informações na íntegra do Manifesto acessar < <http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm> >

Os estudantes defendiam¹⁹ um outro modelo de universidade sul americano, pois o imperialismo era o “inimigo comum” entre as nações latino americanas. “O anti-imperialismo tornara-se uma bandeira comum nas primeiras décadas do século XX e marcou uma geração de intelectuais” (FREITAS NETO, 2011, p. 68). Naquele período, as universidades da América Latina, eram considerados centros de formação para uma parte considerada de elite e de intelectuais, que estavam se formando para o mercado de trabalho. Segundo FREITAS NETO (2011)

“[...] quando as nações emergiram como unidades políticas independentes, ter universidades e, sobretudo, frequentá-las era uma forma de acesso imediato ao debate público e às funções de Estado. Qualquer reforma que indicasse maior democratização e a proposição de grandes questões da realidade podia ser lida como um fenômeno comum e apropriado por outras nações. Outro aspecto importante foi o contexto internacional de 1918. A experiência da Primeira Guerra Mundial obrigou muitos intelectuais a rever o europeísmo como indicador da modernidade a ser buscada. Ao mesmo tempo, muitos países celebravam o primeiro centenário de suas independências políticas e ainda se perguntavam sobre qual nação que estava sendo construída. Mais do que avaliar o passado, estavam sendo propostos desafios em direção ao futuro das sociedades latino-americanas.” (p.68)

Ao final, o legado deixado para outras universidades latino-americanas, foram: a abertura para uma maior participação coletiva quanto às questões administrativas da universidade, as renovações propostas enquanto método de ensino foram incorporadas no campo universitário, e uma maior participação e acesso da comunidade a universidade, são alguns exemplos que conseguimos encontrar hoje, nas universidades de ensino superior.

1.2 -Processo ditatorial no Brasil: A UNE e a ENESSO nos anos de chumbo

Partimos do princípio de que as questões que envolvem as lutas estudantis latino americanas estão relacionadas a formação social de cada país, sua posição durante a investida capitalista e a situação educacional. Basicamente, durante um período de dez anos (1955-1965) a educação tem um massivo investimento desproporcional e enquanto processo de formação

¹⁹ “A estrutura administrativa e burocratizada, fechada em si mesma, não permitia a participação estudantil nas instâncias deliberativas da Universidade e ignorava seus anseios. Contra tal tríade os estudantes de Córdoba apelavam aos estudantes de toda América do Sul para que observassem como as demandas eram similares, assim como a tarefa que se impunha de reformar as universidades a partir de uma bandeira comum: mudar os mecanismos administrativos, o ensino e a prática docente. (Freitas Neto, 2011, p. 67)”

para o mercado de trabalho no mundo “[...] a prática educativa deu lugar pela primeira vez a um sistema nacional, aberto a princípio a todos os cidadãos e tendendo cada vez mais a tornar-se um instrumento regulador do mercado de trabalho (MARINI, 1970, p.03).”

É nesse momento também que conhecemos as intervenções ditatoriais na América Latina. Aqui, entre as décadas de 60 e 70, os países latino americanos apresentam, em sua maioria, um período governado por regimes militares. Segundo Coggiola (2001)

[...] alguns pontos em comum a todos os regimes militares são evidentes: dissolução das instituições representativas, falência ou crise aguda dos regimes e partidos políticos tradicionais, militarização da vida política e social em geral. [...] Um outro aspecto em comum é o crescente poderio econômico, social e político, a partir das décadas de 1950 e 60, da instituição militar. Em meados da década de 1960, três golpes militares de significativa importância mudaram a história da América do Sul. Nós três foi visível a influência determinante da diplomacia norte-americana. A tensão internacional-Estados Unidos versus URSS, ou “comunismo versus mundo livre”-fornecia justamente o alibi ideológico para os golpes militares, que afirmavam com unanimidade ser a democracia “incapaz de conter o comunismo” (p. 11)

A luta estudantil por educação se encontra, portanto, dentro desse momento histórico, sendo esse mais um desafio para o movimento estudantil latino americano. A ditadura civil-militar no Brasil até hoje é analisada por diferentes correntes de interpretação e frequentemente, devido a complexidade e desdobramentos, até hoje necessitam de um maior cuidado para o entendimento real do que aconteceu. Atualmente, vemos um movimento²⁰ crescente de questionamento quanto a veracidade do período de 21 anos de terror, vivido no Brasil e nos países da América Latina, reduzindo-o, relativizando ou até negando o que aconteceu na época. Recuperar um pouco a conjuntura do pré-1964 pode nos ajudar a compreender como foi arquitetado e financiado o golpe civil-militar. Anterior ao golpe, havia um movimento sendo gestado onde “[...] cria-se uma conjuntura que põe a possibilidade objetiva de promover uma

²⁰ Um exemplo contemporâneo desses movimentos de relativização e negacionismo da história é a criação de uma editora chamada Brasil Paralelo. Criada em 2016, a editora se denomina dessa forma como um esforço de “jovens” preocupados com a situação do Brasil, após o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (2016). “O *think tank* foi criado em 2016 na capital gaúcha para produzir documentários em vídeo, supostamente com o objetivo de contribuir para a melhoria da educação brasileira – em especial, no que tange aos temas política e história. Querem com as peças audiovisuais divulgar a visão de mundo que têm e, principalmente, sua versão da história brasileira.” (p. 01) Essa “versão da história brasileira” na verdade, esconde uma narrativa de revisionismo e negação dos acontecimentos históricos, que são inclusive elaborados pelos “grandes” nomes da direita brasileira, como por exemplo Olavo de Carvalho e cia. Os mesmos estão presentes com maior vigor desde as manifestações de 2013, em Junho. No tópico 2.1 traremos com mais informações as Jornadas de Junho. Para saber mais consultar <<https://esquerdaonline.com.br/2019/06/12/brasil-paralelo-e-o-revisionismo-historico/>>.

significativa inflexão na sociedade brasileira [...] (NETTO, 2008, p. 20).” Esse movimento tem sua maior expressão com o presidente João Goulart no comando do país que apresentava um caráter populista

“[...] havia a pressão dos sindicatos pelas “reformas de base”, a das ligas agrárias comandadas por Francisco Julião pela reforma agrária e a de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar os ganhos das empresas multinacionais instaladas no país, em especial a Volkswagen. O quadro sindical-camponês ameaçava escapar ao controle do governo de João Goulart, o Jango, [...] (COGGIOLA, 2001, p.13).”

Na década de 50, durante os governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Brasil vinha implementando uma política de caráter desenvolvimentista²¹, enquanto João Goulart (1961) ao assumir o poder, imprimi um governo de caráter populista. Durante seu mandato, além das reformas de base²² Jango tinha como proposta a ampliação do direito a voto aos analfabetos, soldados do exército e também a legalização do Partido Comunista. Suas propostas tinham amplitude e apoio da classe trabalhadora, porém havia também uma forte oposição²³ que conseguiu depor Jango do poder sob o discurso de que

“[...] havia sido deposto sob o pretexto de colocar em risco a segurança nacional, por sua possível proximidade com o bloco comunista, a qual, temiam as elites, - nacionais e estrangeiras – poderia transformar o Brasil em uma nova Cuba.” (GESTEIRA, 2014, p. 8).

Então, com o apoio dos EUA e dos militares, o golpe foi justificado como “[...] intervenção breve na democracia brasileira, visando apenas assegurar a “segurança nacional” e o “prestígio” internacional do Brasil” (Ibidem, p. 8).No significado do golpe de abril, Netto

²¹ “[...] ideologia desenvolvimentista se torna dominante durante a década de 1950 e permitiu à burguesia industrial exercer seu comando sobre o país. Este bloco era integrado pelo capital estrangeiro, pela burguesia agro-exportadora, burguesia industrial e por parte do proletariado sob influência dos PCs a reboque das classes dominantes.[...] Promove uma profunda transformação da estrutura produtiva brasileira e avança na industrialização guiada por um planejamento estatal (Plano de Metas) que coloca em primeiro plano a burguesia nacional e que orienta o capital estrangeiro.(CRUZ, 2018, p.06)”

²² Ver mais <<http://memorialdademocracia.com.br/card/comicio-da-central-300-mil-apoiam-reformas#card-2>>.

²³ Um exemplo dessa frente oposicionista é a realização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que reuniu o número de 500 mil pessoas contrárias às reformas de bases de Jango, 6 dias antes de anuncia-las. Ela contava com um número expressivo de entes da Igreja Católica tendo como discurso do “perigo do comunismo” e a favor da ordem moral. Também compunham essa frente oposicionista, estudantes que eram a favor ao golpe militar que estava surgindo. Ver mais em Raghini e Cameski (2015). E no link <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/20963-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade>> algumas fotos do movimento.

(1996) é o autor que apresenta importantes reflexões. Chamando de ciclo autocrático burguês, ele compreende a ditadura civil-militar tendo como plano de fundo, a internacionalização do capital, imprimindo aos países de “Terceiro Mundo”, a sua adesão. Para o autor, o significado e a finalidade do golpe de abril pode ser resumido em

“[...] golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta inserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que poderiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (NETTO, 2008 , p. 16).”

O que estava em jogo nesse momento era então um confronto de interesses no direcionamento do Estado. Já na década de 50, havia articulações que “[...] problematizavam a continuidade do padrão de desenvolvimento dependente e associado[...] (Ibidem, p. 27)” e com a efetivação do golpe de 64, ergue-se um Estado fundado na repressão e perseguição política contra quem compõe a resistência à ditadura militar, servindo os interesses dos monopólios do imperialismo.

Às vésperas do golpe, a UNE mostra sua posição frente a instalação do Golpe civil militar, como é observado nos documentos que compõem o registro das ações da entidade. Naquele momento a entidade assumiu uma posição de denúncia e resistência ao golpe de 64, e “[...] decretou greve geral dos estudantes em todo o território nacional” (SANFELICE, 1986, p. 28). As investidas contra a organização dos estudantes, tendo como sua entidade representativa nacional a UNE, sofre várias formas de repressão durante a ditadura militar. Uma das primeiras iniciativas registradas é o incêndio de sua sede principal, queimada durante o dia 1 de abril de 1964²⁴.

A partir do ato institucional nº 1 (AI-1) ²⁵

“[...] uma ampla legislação passou a ser elaborada, na maioria das vezes, pelo próprio poder executivo. Sucederam-se muitos atos institucionais, alterações na constituição, leis pertinentes à Segurança Nacional e à imprensa [...]. Teve início um período que ficou, acentuadamente, marcado por sucessivas tentativas práticas de se manter

²⁴Ver mais em <http://memorialdademocracia.com.br/card/movimento-estudantil>.

²⁵ Dispositivos autoritários da época, conhecidos como Atos Institucionais (AI), tinham o objetivo de endurecer pelas vias jurídicas o golpe militar que vinha tomando força no Brasil. Além dos Atos, foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI), com o objetivo de “[...] identificar e combater o “inimigo interno” (COGGIOLA, 2001, p.17).”

setores da sociedade brasileira à margem da luta política e das deliberações econômicas (Ibidem, p. 30).”

Esse período conhecido como “os anos de chumbo” compreende o Governo de Costa e Silva (1967-1974) por ser o tempo mais repressivo da ditadura. Aqui voltam as discussões sobre a crise universitária. Com poucas vagas para o ingresso de estudantes a universidade, os “excedentes”²⁶, unem-se aos estudantes e “[...] promoverá greves e manifestações reivindicando mais vagas nas universidades (VALLE, 1997, p. 07)”. É também no ano de 1967 que as investidas no âmbito da educação ficam mais fortes, quando há acordos entre o governo, com o Ministério da Educação (MEC) e os EUA, com a *United States Agency for International Development* (USAID)²⁷, impondo a educação brasileira, os moldes do imperialismo que de acordo com estudantes “[...] estaria colocando em risco o ensino público e gratuito através da transformação das universidades em empresas, adaptando-as à nova fase de desenvolvimento capitalista [...] (Ibidem, p. 08)”.

A pauta da educação superior²⁸ é o eixo norteador no ME durante o período ditatorial, e com ela, conseguimos ver a importância das reivindicações estudantis, que reverberam até o nosso presente. As reformas universitárias (RU) nesse período são baseadas seguindo o padrão de modernização da época e ampliação universitária, porém com caráter “[...] de racionalização, flexibilização, expansão, integração e autonomia, sem nenhum caráter pedagógico. (SANTANA, 2019, p. 38)”. É nesse momento também que com o agravamento da crise econômica do capital e a crise no campo da educação, abre-se um *boom* de movimentos de contestação tanto ao modelo educacional quanto a insatisfações advindas da ditadura militar. Como afirma Netto (2008) “Assim, foi o *potencial catalisador* do movimento estudantil no seio do bloco antiditatorial, explicitado notadamente no curso de 1967 e 1968, que colocou, para o

²⁶ Estudantes que concorrem às vagas universitárias, passam no “provão”, mas pelo número de vagas ser insuficiente, são denominados de “excedentes”. Ver Valle (1997).

²⁷ Imprensa divulgando os acordos de MEC-USAID em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/eua-ditam-reforma-do-ensino-no-brasil#card-20>

²⁸ No Brasil, a questão da educação, anteriormente dominada pela igreja católica, até meados da primeira república “[...] modificou e avançou consideravelmente em relação ao período imperial. (SANTANA, 2019, p. 29)” visto que, nesse período já podíamos contar com a formação de universidades de ensino superior e também podemos ver uma configuração mais robusta da educação, a partir da criação de decretos que limitam, por exemplo, a necessidade de certificação de cursos superiores.

regime autocrático burguês, a questão educacional como prioritária”. (p. 57)Um dos Atos Institucionais (AI) mais autoritários e que se tem conhecimento, é o AI-5. Promulgado em 1968, durante sua efetivação, perseguições, torturas e várias violações de Direitos Humanos foram sofridas pelas pessoas que faziam parte da resistência contra a ditadura civil militar.

Aqui há de se registrar que têm se documentos e depoimentos da repressão vivida contra estudantes de Serviço Social, durante o ano de 1968. Numa exposição, com o objetivo de fazer um resgate da luta e memória da Ditadura Civil Militar, a participação de Assistentes Sociais, durante o do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), foi registrado alguns depoimentos de Assistentes Sociais e hoje professoras, que a época enquanto estudantes, sofreram com as repressões e perseguições.²⁹

Um dos depoimentos, a assistente social Maria Angélica Luksys enfatiza que

“Esse passado obscuro precisa ser mostrado a jovens do Serviço Social. Militei clandestinamente, acompanhei a anistia, ou seja, vivi parte um pouco desta história. Temos que dizer para as novas gerações qual foi a história real do Brasil (s/p, 2016).”

É nesse ano também, que o ME apresenta influências políticas externas e internas, levando às ruas a Passeata dos Cem Mil. Além das reivindicações de caráter nacional, também há uma forte influência dos movimentos do maio francês, nas manifestações pelo fim da ditadura e, marcando o ponto chave da passeata, a morte de Edson Luiz³⁰ que teve bastante impacto para o levante às ruas em 28 de junho de 68. Estudantes, intelectuais, artistas, religiosos e populares foram às ruas do Rio de Janeiro para protestar contra a ditadura e a repressão policial às manifestações. Edson Luiz era mais um estudante secundarista, pobre que saiu da sua cidade natal (Belém) para realizar o sonho de estudar em uma escola técnica no Rio de Janeiro. O estudante foi morto pela polícia, após protestar com um grupo de estudantes contra os altos custos das refeições do Restaurante Calabouço³¹, vale ressaltar que Edson Luiz “não era um militante engajado na luta contra o regime” (MULLER, 2010, p.199). Talvez esse tenha sido o

²⁹ Para saber mais < <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1292> >

³⁰ Ver mais em Angélica Muller (2010)

³¹ Restaurante universitário frequentado por estudantes de baixa renda.

motivo para o grande número de pessoas irem às ruas em protesto após sua morte, pois ele representava mais um jovem que estava em busca da sua educação e melhoria de vida.

Apesar das grandes investidas durante a ditadura contra o ME, mesmo na clandestinidade, algumas ações ainda são feitas. A grande repressão no Congresso de Ibiúna³² em 68 e com a proclamação do Decreto de 1969 de nº 477³³, o ME tem uma grande dificuldade de garantir articulação. Esse momento foi necessário pensar outras formas estratégias de organização³⁴ estudantil. Aqui um dos desafios que também é posto ao ME, está no fato de que havia uma parcela de estudantes que concordavam com o regime ditatorial militar, chamados de “estudantes democráticos”. Esse termo ficou mais “popular” depois da implementação da Lei Suplicy (nº 4.464/64), quando contrários aos movimentos estudantis de resistência à ditadura, também se articulavam. Como afirmam Braghini e Cameski (2015)

“Os atos da União Metropolitana dos Estudantes (UME) são exemplos dessa militância em torno da intervenção militar armada. Apresentada como órgão máximo de representação dos universitários cariocas, enviou um comunicado à imprensa em abril de 1964, expressando sua confiança nas Forças Armadas, estando certos de que eles reconduziriam a Nação “à legalidade constitucional”. (p. 954)

Também haviam alguns grupos extremistas anticomunistas que praticavam atos violentos, um exemplo que foi bastante divulgado na época, foi o caso que ocorreu no ano de 1968, onde estudantes invadiram o

“[...] Teatro Galpão que atacou os atores da peça Roda Viva de Chico Buarque. Vinte sujeitos entraram no teatro após a peça armados de cassetetes e soco-ínglês, espancaram, sobretudo as atrizes, e quebraram os assentos, equipamentos elétricos e camarins. [...] O grupo atuava em conjunto com dois outros braços políticos, a Frente Anticomunista (FAC) e Movimento Anticomunista (MAC). Juntos ficaram conhecidos como a “pirâmide do terror” e estão diretamente relacionados com essa omissão do periódico educacional, que preferia destacar a ideia de um movimento estudantil atuante, mas que se portava de forma branda diante do fechamento do regime.” (BRAGHINI; CAMESKI, 2015, p. 956-957)

³²Ver mais informações em < <http://memorialdademocracia.com.br/card/queda-de-ibiuna-a-une-vai-para-a-cadeia>>. Ver também o documento que revela as estudantes presas durante o Congresso de Ibiúna da UNE. De mais de 900 estudantes presos, 152 eram mulheres e 21 estudantes de Serviço Social. Mais informações em < <https://documentosrevelados.com.br/as-meninas-de-ibiuna-152-fotografias-das-estudantes-presas-no-congresso-de-ibiuna/>>.

³³ Segundo Muller (2010) o decreto “[...] implicou um cercamento ainda maior as liberdades de atuação de professores e alunos (p. 29)” pois ele previa punição a qualquer ato que seja considerado subversivo, bem como o uso do espaço escolar ou universitário para a sua prática.

³⁴ Ver Angelica Muller (2010)

O grupo era denominado de Comando de Caça aos Comunistas (CCC), composto por estudantes universitários, em sua maioria da Universidade Mackenzie e alguns estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Assim verificamos que ideias e valores reacionários e/ou conservadores não se limitam aos mais velhos, estando presente na juventude tanto no período ditatorial quanto atualmente, inclusive organizados enquanto movimento social. Com retorno da chamada “redemocratização do estado”, o movimento estudantil ressurgiu em 1977, com a defesa das liberdades democráticas³⁵ e da Reforma universitária (RU). A UNE lidera esse momento, também junto com outras entidades estudantis³⁶, como a “[...] reestruturação das entidades representativas, começando pelos DCEs, que propiciou o surgimento das UEEs³⁷, até chegar à reconstrução da UNE (MULLER, 2010, p. 97)”.

Ainda no processo de rearticulação do ME, é no final do mandato de Geisel (1979) que o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) tem suas primeiras manifestações, com o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), em Londrina-PR, no ano de 1978. Três anos depois, em 1981, já com uma estrutura mais organizada, o MESS tem a aproximação com a UNE, criando a Subsecretaria de Serviço Social da UNE (SESSUNE). Com o amadurecimento e divergências de ação, a então, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)³⁸, rompe com a entidade, mostrando a busca por maior autonomia e identidade dos estudantes de serviço social, organizados naquele período. Importante registrar essa informação, pois não encontramos muita literatura e documentos sobre o vínculo organizativo entre a UNE e ENESSO. Com isso, apesar das poucas informações até o momento, conseguimos demarcar que durante o período ditatorial, outras entidades estudantis estavam se formando e se articulando, além da UNE. No caso do Serviço Social, essa aproximação e criação do Movimento Estudantil de Serviço Social - MESS é um ponto significativo para a profissão e sua construção histórica.

³⁵ Ver mais em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/estudantes-voltam-as-ruas-para-protestar#card-168> >

³⁶ Para saber mais: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/estudantes-recriam-entidades-estaduais#card-179> >

³⁷ União Estadual dos Estudantes.

³⁸ Segundo Ramos (2011) em 1993, internamente há um intenso debate sobre o papel da UNE e frente a da autonomia da ENESSO. Nesse mesmo ano, a antiga SESSUNE mudou de nomenclatura.

Conforme registros em Vasconcelos (2003), Santos (2009), Ramos (2007), Silva (2008; 2011) e Muller (2010) temos a discussão da Executiva e sua formação, as mudanças dentro do campo político e as divergências desse momento, porém, no decorrer dos trabalhos a temática entre a ENESSO e a UNE, vai se perdendo, talvez pelo foco principal ser a organização da executiva, nesse momento. A maioria deles é possível encontrar pelo site da executiva, sendo esse, o espaço que concentra um maior número de informações sobre a história do MESS.

1.3 - Da reconceituação do Serviço Social brasileiro e o protagonismo do Movimento Estudantil de Serviço Social: para jamais esquecer!

As investidas da ditadura civil militar acampada nos países latinos americanos, impacta também na construção do Serviço Social Brasileiro. Com o movimento de reconceituação da profissão, deflagrado em 1965, no Brasil, esse “[...] movimento [...] foi fundamental, na formação da consciência crítica e de uma nova cultura dos profissionais de Serviço Social, em torno de questões cruciais do exercício da profissão nas sociedades dependentes e profundamente desiguais na América Latina (LOPES, 2016, p. 238)”.

Os questionamentos reverberam por todo o Serviço Social latino americano, quanto às críticas ao tradicionalismo que sempre esteve presente desde a origem da profissão. Acompanhados pelos movimentos da Revolução Cubana e às resistências às ditaduras militares, tende-se a desenvolver a crítica ao tradicionalismo com maior amplitude.

“foi impulsionado pela efervescência de lutas sociais - em particular a experiência cubana de 1959 - que se refratam na universidade, nas ciências sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, no teatro, no Cinema Novo e na arte em geral. Esse movimento desencadeia-se no I Seminário de Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina, em 1965, em Porto Alegre (RS), primeiro marco público da busca de um Serviço Social latino-americano. Denuncia-se a importação de parâmetros profissionais, o capitalismo dependente e o imperialismo norte-americano, num contexto político-cultural marcado pela vitória dos revolucionários da Sierra Maestra sobre Havana, das lutas estudantis de 1968, da abertura da Igreja Católica com o Concílio Ecumênico do papa João XXIII e da Teologia da Libertação. (IAMAMOTO, 2019, p. 443).”

Na ditadura, portanto, ao mesmo tempo que surgia o movimento de contestação crítica, ele foi sufocado pela repressão do período autocrático-militar. Os movimentos emergentes

durante o período considerado populista, foram desmobilizados provocando então, um redirecionamento de suas ações/pautas políticas.

“Diante do clima repressivo e autoritário, fruto das mudanças políticas da década de 60, os Assistentes Sociais refugiam-se, cada vez mais em uma discussão dos elementos que, supostamente conferem um perfil peculiar a profissão: objetos, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, enfatizando a metodologia profissional.” (IAMAMOTO, 2000, p. 33)

Atendendo às imposições do capital monopolista o Serviço Social incorpora as práticas assistencialistas e filantrópicas, aos indivíduos, sem ter a compreensão de classe, que naquele momento, não encontrava-se como opção/ horizonte profissional. É somente durante o final da ditadura civil militar, que o processo de reconceituação do Serviço Social Latino americano, toma fôlego³⁹.

“No século passado, a transição da década de 1960 para 1970 foi, de fato, assinalada em todos os quadrantes por uma forte crítica ao que se pode, sumariamente, designar como “serviço social tradicional”: a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal burguesa, e de um ponto de vista claramente funcionalista, visa enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável. (NETTO, 2005, p. 06)”.

Aqui no Brasil, a expressão da reconceituação se dá através do Método BH entre o período de 1970 a 1975, segundo Vasconcelos (2003), o movimento foi até essa data “[...] devido aos limites colocados pelo contexto do regime militar e por equívocos do qual criou conflitos entres os professores e alunos (p. 40)”. Segundo Netto (2005), o movimento que estava sendo gestado durante a década de 80 no Serviço Social tratou-se principalmente de uma intenção de ruptura com o conservadorismo/serviço social tradicional latente da profissão, impulsionando o processo conhecido como a renovação do conservadorismo. Apesar de autores divergentes (Iamamoto, 2000), é em Netto que nos apoiamos na condução deste trabalho, por entender inclusive que esse pensamento conservador/tradicional está implicado até hoje em

³⁹A partir então da instauração do processo de autocracia burguesa, para o Serviço Social há um outro impacto importante de registrar. Precisando de uma intervenção capaz de lidar com as demandas da questão social de forma mais crítica, tenta-se romper com o “serviço social tradicional”, dando inclusive, outras possibilidades de se construir uma teoria própria ao Serviço Social. Cabe também registrar que não foi um processo natural, mas sim de intensas disputas de ideias/projetos.

algumas práticas e teorias que vêm surgindo no Serviço Social, como exemplo os documentos das “23 teses em Serviço Social”.

É entre as décadas de 70 e 80, que retornam as discussões para o Serviço Social. Nesse momento também é que as organizações estudantis estão se reconstruindo. Ao passo que o MESS começa a se organizar politicamente enquanto entidade, o debate do processo de reconceituação segue a mesma linha de amadurecimento.

O momento de maior organização foi expresso pela categoria no conhecido congresso da Virada (1979)⁴⁰ então, expressa a aglutinação de várias forças que estavam em sintonia com o Serviço Social durante o período ditatorial que caminhavam no enfrentamento à ditadura civil-militar. Além dos profissionais de Serviço Social, outras entidades como sindicatos, ativistas de movimentos urbanos e rurais e o movimento estudantil, são alguns exemplos de resistência

“[...] que culmina na ruptura com o conservadorismo. Em 1982 temos a elaboração do novo currículo acadêmico e em 1996 as novas Matrizes Curriculares, fortemente ancoradas na defesa dos direitos sociais preconizados pela Constituição Federal de 1988, a “Constituição Cidadã”, que culminou na elaboração do projeto ético-político, isto é, o Código de Ética de 1993, que regulamenta o exercício profissional e as Diretrizes Curriculares para a formação acadêmica.” (SILVA, 2010, p. 268)

O movimento estudantil, em 1979, registra presença reduzida durante o congresso, pois existiam poucas vagas destinadas a estudantes como o limite de representação “[...] dois/duas por faculdade (CFESS, 2012, p. 42)” além do que, por ser um evento que é destinado ao corpo profissional, o acesso a taxa de inscrição era muito limitado, devido “que era muito cara, tendo em vista os elevados custos de um Congresso rico e pomposo como aquele”. (Ibidem, p. 42)

O número limitado de participação estudantil também se dá também por resquícios da ditadura, já que o ME vinha se reorganizando em meados do final da década de 70.

“Na sua formação, emerge a crítica social desenvolvida no início da década de 1960, que supunha rupturas com o sistema político dominante, mas a ditadura isolou esta vertente até a segunda metade da década de 1970. No início da década de 1980, essa perspectiva direcionava o pensamento politizado da profissão. Muitos profissionais

⁴⁰Para mais informações ver Silva (2010).

aderiram a essa nova vertente, tornando-a hegemônica. (RAMOS DA SILVA; STAMPA, 2019, p. 07).”

A UNE⁴¹ volta do período da ilegalidade e nesse momento, também é possível ver as ações do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) durante o processo de reconceituação do Serviço Social brasileiro. No ano de 1978, na cidade de Londrina/PR é realizado o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), promovido pelo Centro Acadêmico da Universidade Estadual de Londrina, com o tema “O Serviço Social e a Realidade Brasileira” (ENESSO, 2014, p. 02).

“Ocorre o II ENESS em 1979, na cidade de Salvador - BA, promovido pelo Diretório Acadêmico da UCSal. Neste mesmo ano, o governo Figueiredo dá continuidade ao processo de abertura política e é revogado o AI-5. Em meio a este cenário o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) aprofunda suas discussões e sua organização. São criadas novas instâncias deliberativas: Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS) e a Secretaria Executiva Nacional formada pela escola sede do ENESS e por uma escola representante de cada região, denominada de escola-pólo.” (Ibidem, p. 02)

Aqui também é possível ver a sintonia entre o movimento de renovação, que estava acontecendo no campo profissional e no movimento estudantil. Nos documentos de registro da ENESSO, é possível ver que “novas inquietações surgem do debate dos estudantes que passam a inserir na sua agenda as preocupações relativas à formação profissional do assistente social [...]”. (CARVALHO; REIS; SANTOS, 2010, p. 06). Temos então uma mudança substancial na profissão, começando com a primeira elaboração do currículo comum dos cursos em 1982, “[...] tendo como foco central a categoria trabalho, possibilitando então a vinculação desses profissionais com a classe trabalhadora”. (SILVA, 2010, p. 275-276)

O método BH foi introduzido em outros espaços, provocados pelas inquietações do movimento estudantil “clandestino de Serviço Social (CARVALHO; REIS; SANTOS, 2010, p. 08)”, membros do Diretório Acadêmico Pe. Agnaldo Leal⁴², de Belo Horizonte, espalha-se

⁴¹ É com o declínio da ditadura civil- militar, particularmente no início dos anos 80 que a UNE volta a ser reconhecida enquanto entidade representativa dos estudantes, em âmbito nacional.

⁴² “Diante de uma grande responsabilidade, o D.A exerceu grande estímulo para que os estudantes de alguma forma, atuassem dialeticamente frente ao próprio método BH, pois questionaram o método tal como ele havia sido proposto. Assim, eles levaram a cabo o radicalismo presente no Método-BH. Exemplo disso, foi a ocorrência da greve dos estudantes de Serviço Social em 1975 que culminou no fechamento da Escola de Serviço Social da UCMG [...]”. CARVALHO; REIS; SANTOS, 2010, p. 08)

a chama da mudança. É também importante sinalizar que o MESS⁴³ tem uma grande contribuição na história do Serviço Social brasileiro, momento esse que não tem grande ênfase durante a graduação.

“A linha política do II ENESS é direcionada para a reformulação da Formação Profissional, visando uma ruptura com o processo de vigente – o conservadorismo – e na busca da construção do pensamento social crítico como base de sustentação do ensino em Serviço Social, tanto que no ano seguinte o III ENESS organizado pelo Diretório Acadêmico da PUC-Minas teve como tema: “Serviço Social, Formação Profissional e Intervenção na Realidade”; dentro do encontro mais uma vez a direção política como já sinalizava a temática do encontro foi direcionada para o debate de formação profissional o que culminou com a construção de uma proposta unificada de currículo, tendo ainda o encaminhamento de busca junto a ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – o debate sobre a proposta dos estudantes [...]” (ENESSO, 2007, p. 03)

Em 1988⁴⁴, no X ENESS, realizado no Rio de Janeiro, é criada a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE (SESSUNE), como forma de representação dos estudantes de Serviço Social na entidade naquele momento. As discussões já começaram desde 1981, mas só foi em 1988 que compomos a UNE. No que tange ao movimento estudantil, a UNE, conforme afirma Vasconcelos (2003) “[...] acabou perdendo o papel de vanguarda nas lutas sociais [...] (p. 55) pois, as concentrações de forças estavam muito pautadas na disputa ideológica da entidade. Com a direção da UNE sendo majoritária há 10 anos pela União da Juventude Socialista (UJS) vinculada ao PCdoB

“[...] essa política gerenciada pela direção majoritária da UNE, colocou a entidade em total paralisia, soma-se isso; a falta de democracia interna a disputa maniqueísta,

⁴³ Cabe dizer que se não fosse a articulação estudantil atenta e interventiva ao momento que o Serviço Social estava construindo, provavelmente não teríamos hoje um posicionamento tão contundente enquanto categoria profissional.

44 Nesse mesmo ano há a aprovação da Carta Magna, a Constituição Federal, fruto do processo de redemocratização do país. Também em “[...] 5 de agosto de 1988, durante o ENESS, que foi criada e eleita a primeira gestão da SESSUNE, que ficou com sede na UFRJ, inicialmente sem estatuto devido. Esta gestão teve como principais atividades a participação na organização do VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 1989 e articulação do ME da América Latina. [...] No final da década de 80 também vemos uma forte movimentação “[...] como a “Campanha das Diretas Já”, o país vive um crescente período de luta pela democratização. Porém a campanha não consegue atingir seu objetivo maior, ocorrem eleições indiretas e no poder colocava-se a aliança PMDB/PFL com Tancredo Neves e Sarney. Esta aliança não passava de uma nova roupagem, pois não houve o processo democrático que ainda estava por vir.” (ENESSO, 2014, p. 03)

irracional dos partidos e organizações pela entidade e a lógica esquizofrênica dos Congressos, sem discussões, com fraudes, compra de delegados etc.” (VASCONCELOS, 2003, p. 55)

A UNE, apresenta-se com uma chamada “crise de identidade, legitimidade e imobilismo, colocando o movimento de área como alternativa à organização estudantil (Ibidem, p. 56)”, portanto fortalecendo as entidades estudantis a ter uma maior organização.

“[...] porém, neste momento novos contornos são percebidos no interior do movimento estudantil, caracterizado por um processo de disputas ideológicas e partidárias no interior das entidades estudantis, portanto, o debate político e a crítica futura a esses processos permitiu ampliar a compreensão sobre a trajetória de organização e reorganização do movimento estudantil em serviço social.” (CARVALHO; REIS; SANTOS, 2010, p.04)

A partir da década de 90⁴⁵, o Serviço Social tem uma outra expressão. Refletindo os impactos conjunturais brasileiros do momento, segundo Silva (2010), as expressivas transformações advindas com as mobilizações pela reabertura política e o fim da ditadura militar, que impactam com a promulgação da CF de 1988 e posterior a isso, a “[...] estreita relação dos avanços da categoria e o PT nos anos 80 e 90 [...]” (p. 268), são fatos importantes para a formação do Serviço Social Brasileiro. Esse amadurecimento das “dimensão jurídico-política” expresso nos anos 90 no Serviço Social conforme afirma Moreira e Caputi (2016)

“entendida como o conjunto de leis, resoluções, documentos e textos políticos que balizam a atuação profissional como, por exemplo: Código de Ética Profissional (1993), Lei de Regulamentação da profissão nº 8.662/1993, Diretrizes Curriculares de 1996, Constituição Federal de 1988, Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS, dentre outros”, (p. 54)

É nesse caminho de construção e defesa política do Projeto Ético Político (PEP), que as entidades se aproximam com maior alinhamento às questões expressas pelos estudantes de Serviço Social. O eixo que irá nortear essa aproximação é o debate sobre a formação

⁴⁵ Aqui também devemos salientar que com todos estes esforços, é importante dizer que as aproximações com a teoria crítica, num primeiro momento, são de forma eclética. É somente durante a década de 80, que o Serviço Social se aproxima com uma maior rigorosidade com a teoria marxista.

profissional⁴⁶, tendo como entidade de condução a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Segundo Silva (2008) “[...] o ideário democrático, que permeia a sociedade brasileira de então, potencializa a atuação de grupos sociais insatisfeitos com a ditadura, inclusive com a classe burguesa” (p. 33), também impulsiona as ações do Movimento Estudantil de Serviço Social. Um exemplo desse momento de nova reorganização são as greves operárias do ABC Paulista e mais à frente a manifestação dos “caras pintadas” pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. Nesse momento, tem-se a segunda gestão da SESSUNE, onde pela primeira vez é colocado um novo fato durante os encontros: a presença de teses das forças políticas que estavam disputando a nova direção. Essa disputa de direção da entidade dá a entender que as organizações políticas têm uma relação mais estreita com as entidades estudantis, porém nesse aspecto há uma necessidade de reafirmar como Vasconcelos (2003) indica que, os grupos políticos partidários contribuem para a formação dos quadros militantes do MESS, porém a direção política é dada pelas/os estudantes de Serviço Social, através do fortalecimento da ENESSO e conseqüentemente da categoria profissional do Serviço Social.

Seguindo as organizações do MESS, no XV ENESS em 1993, realizado no Rio Grande do Sul, há a substituição da SESSUNE pela sigla ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. Este movimento representa uma maior organização estudantil dentro do Serviço Social, que busca uma autonomia e também uma análise crítica frente ao papel que a UNE estava desempenhando.

⁴⁶ Essa preocupação não é nova dentro do MESS, nos anos de 1980-1983, nos quadros de temas dos encontros, mostram a devida importância quanto ao tema da formação profissional. Para saber mais consultar quadro disponível em < <https://enessooficial.files.wordpress.com/2014/09/quadro-de-temas-dos-eness.pdf>. >

2- A política de educação do REUNI ao *impeachment* de 2016: desvelando o Movimento Estudantil

Na década de 1990⁴⁷ no Brasil “[...] a implementação perversa de um projeto político denominado neoliberalismo (SILVA, 2008, p. 34)”. Esse fato interfere profundamente nas mobilizações sociais, pois há uma crescente direção para as reformas do Estado. Para o movimento estudantil, essa conjuntura de inserção do neoliberalismo⁴⁸ impacta tanto no processo de organização quanto no novo perfil militante que se forma, pois o campo da educação começa a modificar o perfil da entrada dos estudantes na Universidade.

Durante a Era Collor (1992-1994)⁴⁹

“[...] que efetivamente ele se torna a ideologia dominante entre os setores do capital, dos partidos políticos conservadores e do centro do espectro político, da grande imprensa brasileira e mesmo de setores significativos do pequeno e médio empresariado e, especialmente, daquela parcela do movimento organizado dos trabalhadores identificada com a Força Sindical. Teve início o processo de privatização das estatais, o Brasil abriu sua economia para o capital estrangeiro e o mercado passou a ser o grande agente organizador da Nação, enquanto os trabalhadores, como classe, começaram a sofrer um bombardeio incessante em seus direitos. (NEGRÃO, 1996, p. 07)”

⁴⁷ Nessa conjuntura rebate para o MESS a discussão interna de disputa de projetos, geralmente sendo apresentados por teses nos Encontros Nacionais. De 1992-1998, essa disputa fica evidente também nos encontros regionais, conforme indica Vasconcelos (2003) nas análises feitas nas teses. Durante o período de reforma do ensino superior “[...] as respostas da UNE acabaram se transformando em ações sem qualquer expressividade [...]. A UNE não conseguiu nem mesmo ser um instrumento sócio-ideo-político educativo para os estudantes, o segmento estudantil que conseguiu expressar este instrumento foram as Executivas/Federações dos cursos [...] (p. 89-90)”.

⁴⁸ Esse ideário neoliberal é caracterizado, em poucas linhas, nas propostas de privatização de estado, como as reformas administrativas e da previdência, “[...] a taxa de juros, mantida excessivamente alta, ao lado da abertura ao capital financeiro internacional [...] somadas, essas medidas mostram a tendência deste governo: retirar os eventuais obstáculos à acumulação ampliada do capital, mesmo que isso, a longo – ou mesmo médio – prazo signifique mais concentração de riqueza e exclusão. (EPAMINONDAS, 2016, p. 08)”.

⁴⁹ No Brasil durante o governo de Collor “[...] tratou de implementar uma política econômica e uma política externa que seguia de perto as recomendações e diretrizes do chamado Consenso de Washington. Implementou uma ousada política de privatizações e liberalização econômica, tanto no que tange aos fluxos de capitais, quanto ao fluxo de mercadorias. (GENNARI, 2001, p. 35)”. Com o Plano Collor, há uma mudança significativa na economia brasileira chamada de “o mais radical processo de abertura comercial já registrado” (p. 38) como afirma Gennari (2001), que tem como base os princípios neoliberais do Consenso.

Já na era Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2002)⁵⁰ que a política neoliberal assume grande amplitude, principalmente no campo da educação superior. Segundo Epaminondas (2016) em 1994, o país está passando por uma conjuntura em que há uma alta inflação monetária e para o controle desta, a proposta pensada foi adesão do Plano Real, como política econômica

“[...] traz consigo ideários neoliberais [...] e com eles diretrizes de organismos internacionais financiadores, a exemplo do FMI, do Banco Mundial e do BIRD, que passam a ditar a organização política mundial da década [...] e conseqüentemente, descentralização, flexibilidade e eficiência pautando as políticas nacionais na perspectiva de redução de gastos e de privatização [...]” (p. 02)

Durante a disputa eleitoral deste mesmo ano, após o *impeachment* de Collor, FHC dá seguimento ao projeto neoliberal⁵¹ recebendo apoio da maioria dos partidos conservadores. Do outro lado, o candidato Lula tinha como projeto maior intervenção do Estado, fortalecimento e ampliação do “mercado interno, buscando agregar ao consumo a enorme massa de excluídos do país; a ampliação da democracia do campo da política para os campos social, econômico e cultural (NEGRÃO, 1996, pág. 7)”.

Embora haja continuidade de princípios neoliberais nos dois governos, eles foram exatamente iguais, especialmente no que diz respeito a política de educação superior⁵². Como

⁵⁰ “O Brasil contou com um exuberante montante de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), entretanto, tais investimentos concentraram-se em aquisições de empresas públicas e privadas nacionais, sobretudo no setor de serviços. (GENNARI, 2001, p. 39)”

⁵¹ Na América Latina, ele tem força exponencial a partir do Consenso de Washington, na década de 90, segundo Matos (2008) onde “funcionários do governo norte-americano (p. 207) [...]” consolidam a política neoliberal através da formulação de dez princípios, que direcionam “[...] Estas políticas, seguindo a mesma tradição das formas de ideologia neoliberal anteriores a elas, apresentadas com uma roupagem de neutralidade científica desinteressada ou mesmo expressões puras de bom senso econômico e exportadas para o mundo pela influência norte-americana [...]” (p. 208). O Consenso de Washington foi um encontro ocorrido nos EUA, em 1989, que organizou em dez princípios a política neoliberal a ser implementada nos países da América Latina. Inaugurado durante a ditadura de Pinochet, no Chile, o Consenso teve base o neoliberalismo inglês, de Margaret Thatcher, onde tinha como principal objetivo “era de que o Estado deveria diminuir os gastos sociais e assim restaurar o que os liberais chamam de ‘desemprego natural’, ou seja, a ideia era na verdade eliminar a participação do fundo público na reprodução da força de trabalho e transferir o máximo de fundo para a reprodução ampliada do capital, de modo a quebrar o poder de barganha dos sindicatos e impingir o aumento da exploração da força de trabalho que teria como resultado o extraordinário aumento do exército industrial de reserva. (GENNARI, 2001, p. 31)”.

⁵² As mudanças significativas que cada governo adota, estão concentradas principalmente nas políticas de acesso ao ensino superior, seja público ou privado. No quadro informado por Epaminondas (2016) consegue demonstrar que o governo Lula, implantou mais sistemas/projetos de acesso à educação superior que estavam sendo iniciadas durante o governo de FHC, como por exemplo, as medidas trazidas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007. Apesar dessas diferenças, os governos apresentam características similares.

centro está a manutenção da política neoliberal como forma de gerência do estado, as políticas de educação são lidas enquanto um campo necessário para reformas administrativas, seja na educação pública ou privada.

Com FHC, a proposta para o ensino superior é vinculada a reforma administrativa do estado “mediante alterações substantivas da administração pública para enfrentar a crise fiscal, reduzir gastos públicos e aumentar a chamada eficiência dos serviços prestados [...]” (FERREIRA, 2019, p. 261) , garantindo respaldo ao Estado para

“[...] enfrentar as rápidas transformações do mercado global e às demandas sociais com maior eficiência. Por sua vez, no campo da educação, a nova forma de gestão gerencial, redefiniria a organização, o financiamento, a regulação, o controle e a gestão das instituições educativas para que oferecessem ‘melhores serviços’ e obtivessem ‘melhores desempenhos’”. (Ibidem, p. 261)”.

Com a mudança de ciclo presidencial, tendo a vitória e fortalecimento do Partido dos Trabalhadores (PT)⁵³, sendo encabeçado pela figura de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), mudanças significativas acontecem na educação, porém, se manteve o fortalecimento do projeto político do neoliberalismo conforme veremos no tópico a seguir:

⁵³ Conforme sinaliza Silva (2008) “[...]mais precisamente na década de 1980, um processo intenso de organização dos trabalhadores, culminando com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), um dos partidos que por muito tempo se apresentou como referência nas lutas e embates políticos encampados pelos trabalhadores.” (p. 45). Porém essa estreita relação com o PT vai se diluindo, pois é percebido dentro dos espaços, que o direcionamento tomado pela entidade é a manutenção do projeto neoliberal com características de conciliação entre as classes sociais. Ao passo que o MESS tem uma grande articulação no período de 1980 com o PT, participando inclusive das articulações necessárias, na década de 90 cai por terra.

2.1 - A luta por uma Universidade pública: do REUNI como política de acesso à universidade, queremos mais!

Iremos nos ater, para as políticas de educação⁵⁴, como por exemplo a Reforma Universitária⁵⁵ promovida durante seu governo. Por fim, a condução durante os anos 90, nos governos de Collor e FHC

“caracterizou-se pela aplicação da agenda denominada neoliberal. Tal agenda ancorase basicamente na retórica de que o mercado é o mais eficiente organizador da sociedade. Parece plausível afirmar que a implementação continuada da política econômica de talhe neoliberal pelos governos brasileiros nos anos 90 estaria reconfigurando as bases da acumulação de capital no Brasil, de modo a criar um novo padrão de acumulação fundado num novo e mais profundo patamar de subordinação ao capital financeiro internacional. (GENNARI, 2001, p. 42)”

Nesse momento é importante atentar, pois esse novo perfil irá impactar diretamente na formação de novos/as militantes para o movimento estudantil geral e do Serviço Social.

Conforme Silva (2008) afirma

“Tanto o Movimento Estudantil de Serviço Social, como os outros Movimentos Sociais sofreram com os desdobramentos que refletem essa conjuntura tão perversa em que vivemos. Através da reestruturação produtiva, a qual vem com a perspectiva de capturar a subjetividade da classe trabalhadora e dificultar cada vez mais sua organização. Esse processo impõe níveis de desmobilização extremamente eficazes. Os trabalhadores, considerados agora “colaboradores”, “parceiros”, tendem a não mais se identificar enquanto classe. O controle do trabalho pousa em suas próprias mãos. (p.43)”

⁵⁴ “A reforma da educação, por exemplo, interfere diretamente na ação política do movimento estudantil, na medida em que confronta os direitos já conquistados e ainda se põe como obstáculo à luta por um ensino de qualidade, bandeira histórica do movimento. Essa reforma segue a lógica da mercantilização, na qual a própria educação assume o caráter de mercadoria, de forma que seus “compradores” assumem para com ela uma relação mercantil. Silva (2008, p. 44)”

⁵⁵ Três pontos da Reforma Universitária (RU) são destacados por Silva (2008), o Programa de Universidade para Todos (PROUNI)- que é direcionado para ampliação das universidades, colocando dinheiro público para a compra de vagas em universidades privadas; o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) que era o método de avaliação das UFs; e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) como método de avaliação externa e interna dos estudantes, porém atua de forma muito superficial, não colocando formas de resolução dos problemas apresentados e também sendo um componente obrigatório de obtenção de certificado de formação, a depender do ciclo dos cursos. Essas três propostas são massivamente criticadas e combatidas pelo MESS.

Iremos focar principalmente na política educacional do segundo governo de Lula (2007-2010) trazendo alguns dados da pesquisa nacional liderada pelo FONAPRACE⁵⁶ (2019) em apoio com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior - ANDIFES⁵⁷, como aporte para ilustrar a mudança do perfil discente nas UFs.

Neste momento alguns apontamentos serão feitos, como por exemplo os avanços das propostas implementadas pelo programa de apoio ao plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI⁵⁸, como o acesso de jovens de outra classe social que já reivindicavam durante o período ditatorial a abertura de um maior número de vagas nas universidades públicas, os “excedentes”, bem como o que isso significou para o movimento estudantil de Serviço Social. Apoiando toda essa conjuntura, temos o neoliberalismo se solidificando no Brasil, como uma política de continuidade inclusive nos governos Lula (2003-2011).

Como resquícios da abertura política pós-64, e após as modificações geradas pela implantação do modelo político neoliberal, este fortalecido durante os governos de Collor (1992-1994) e FHC (1994-2001), estava escancarado as intervenções neoliberais no campo da educação superior. Tomada por uma conjuntura de grandes mobilizações contra a corrupção e com a crise fiscal, supostamente “enfrentada” durante a Era FHC.

As propostas da candidatura de Lula (2002-2007) num primeiro momento, mostram-se um avanço para a esquerda brasileira e aos movimentos sociais, pois seu discurso e prática encontravam-se pautados na construção de um novo Brasil para a classe trabalhadora. Porém, no decorrer dos estudos, vimos que a política adotada é equivocada, impactando os movimentos

⁵⁶ Criado em outubro de 1987, o FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior (IES) públicas do Brasil. Para saber mais acessar <<http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/index.php/sobre/>>.

⁵⁷ A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, criada em 23 de maio de 1989, é a representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral. Para saber mais recomendamos <<http://www.andifes.org.br/institucional/andifes/>>.

⁵⁸ Decreto que institui o programa de apoio à reestruturação e expansão da Universidades Federais (REUNI), com o objetivo de ampliar as condições de acesso e permanência na educação de ensino superior. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>.

sociais e o MESS, seja no campo da formação profissional na garantia ao acesso ao ensino superior através do REUNI ou seja no campo ideológico, onde o PT mostra-se pactuado com o ideal neoliberal sendo reflexo para a inércia dos movimentos sociais, inclusive do ME, a UNE.

Ao passo em que o neoliberalismo vinha tomando forma em toda a América Latina, no Brasil ele tem a forte expressão vinculada à presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992)⁵⁹. Seguindo a mesma linha, a política neoliberal toma continuidade nos governos seguintes de FHC (1995-2003)⁶⁰ e nos governos Lula (2003-2011).

No campo político, segundo afirma Silva (2008)

“Além disso, a lógica da concorrência entre os trabalhadores, fruto de uma realidade de desemprego estrutural, faz com que o outro seja visto como obstáculo e não como possibilidade. A precarização do trabalho, as múltiplas formas de organização flexíveis como o trabalho aparece na cena contemporânea, como entrave à organização política dos trabalhadores. O sindicalismo entra em crise. As centrais sindicais, além dessas dificuldades postas pelos limites da organização dos trabalhadores, seguem num processo de burocratização e cooptação pelo poder patronal e Estatal. [...] Ademais, a reconfiguração do Estado, em que este se minimiza cada vez mais e transfere suas responsabilidades para o mercado e para a sociedade civil, faz ressurgir o discurso da solidariedade, da responsabilização da sociedade civil para com os problemas advindos da exploração capitalista (p. 43-44)”.

Com a bandeira de garantir a democratização e acesso ao ensino superior acampada pelo PT, fez parte das políticas sociais implantadas durante sua trajetória. Abertura de novos polos de educação superior chamada de “democratização do ensino superior” com a justificativa de “[...] conciliar o crescimento econômico com a distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais mediante a redefinição do papel do Estado como indutor de investimento em parceria com o setor privado.” (FERREIRA, 2019, p. 258). Para ilustrar essa mudança

⁵⁹ “A vitória de Collor representou uma profunda derrota para os movimentos populares que depositaram suas esperanças de transformação social na candidatura de Lula-1990 [...]. Na década de 1990, com os sucessivos governos implementando a lógica neoliberal, notamos o aprofundamento das contra-reformas para o ensino, voltadas para a privatização, mercantilização e sucateamento da educação no Brasil, orientada pela política ditada pelo Fundo Monetário internacional-FMI” (SANTOS, 2007, p. 76).

⁶⁰ “O desmonte do estado com as privatizações, somadas a reformas estruturais do Estado, entre elas a Reforma do Ensino Superior, representam perdas de direitos e sucateamento dos serviços públicos. (SANTOS, 2007, p. 77)”.

significativa do perfil estudantil na educação de ensino superior, iremos utilizar a última pesquisa elaborada pelo FONAPRACE.

Com o objetivo de apresentar dados do perfil estudantil de Serviço Social, o relatório da gestão 2017-2019 da ABEPSS também será utilizado, para demonstrar quem são esses estudantes. De acordo com as pesquisas feitas pelo FONAPRACE com o apoio da ANDIFES é raro ter conhecimento do perfil⁶¹ do corpo estudantil que compõem a universidade. Como forma de medir quem são esses estudantes foram criadas pesquisas sobre o perfil socioeconômico dos/as estudantes, sendo estes aplicados nos anos de 1996, 2003, 2010, 2014 e 2018. Entre 2003 a 2017, segundo o Fonaprace (2019) nos anos 2000 há um aumento de 260% no número de oferta de vagas de graduação nas universidades federais⁶². Esse aumento tem relação direta com a política do REUNI, chegando ao número de 253,3% nas universidades localizadas no Nordeste, ocupando o segundo lugar (p. 04-05).

Nesse momento “[...] apesar de o setor público federal ter crescido, foi nas Instituições de Ensino Superior - IES privadas, principalmente com finalidade lucrativa, que ocorreu maior expansão. (Ibidem, 2019, p. 265)”. Afirma que

“[...]nos Institutos Federais Tecnológicos (IFTs) e nas universidades federais com a criação de novas instituições, ampliação das existentes, criação de novos campi e de novos cursos, contratação de professores, bem como da implantação de políticas de ações afirmativas. Porém, tais políticas não impactaram na concentração majoritária da oferta da educação superior nas instituições privadas, bem como foi conivente com o processo de mercantilização/financeirização da educação superior. (Ibidem, 2019, p. 261)”

⁶¹ Diferente dos/as estudantes que na época da ditadura estavam na universidade, com a ampliação a partir do REUNI, esse perfil mudou. Apesar dos avanços, essa ampliação universitária apresenta alguns problemas, que não serão tratados por aqui, mas que devem ser observados com cuidado no debate e seus impactos na formação discente.

⁶² Com isso, além das universidades públicas terem um aumento expressivo de vagas, numa proporção muito maior, aumentam os investimentos em instituições de ensino superior privado, incentivado pelo Programa de Universidade para Todos (PROUNI), onde o dinheiro público é investido nas universidades privadas, desviando o seu financiamento das universidades públicas e seu melhoramento. A lógica, portanto, é de ampliação na oferta privada em detrimento da educação pública. Esse alargamento as UFs privadas impacta também na formação da/do estudante, seu perfil e sua inserção nos movimentos estudantis.

Além dessas novas configurações implementadas pelo neoliberalismo na política de educação, temos os impactos das políticas afirmativas. Conhecida como Lei das Cotas (nº 12.711/2012), que destina o direito “[...] para alunos oriundos integralmente do ensino médio público e que, no preenchimento destas vagas, 50% (cinquenta por cento) devem ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita. (FERREIRA, 2019, p. 266).”

Cabe dizer que o debate das políticas afirmativas por um tempo ficou concentrado na implementação do sistema de cotas para as UFs, porém a discussão das desigualdades raciais vem sendo implementado desde a década de 90 que é fruto de uma longa demanda do movimento negro, que estava colocada mesmo antes do governo Lula. Num primeiro momento as discussões sobre a desigualdade social deram base para implementação mais efetiva durante os governos Lula (2003-2011). Conforme afirma Lima (2010)

“No novo governo, essa relação se transforma, e o movimento negro passa a ser um ator envolvido na formulação de políticas, ocupando cargos e como representante da sociedade civil nos espaços de controle social instituídos pelo governo Lula. (p. 82)”.

Após algum tempo tem se a ampliação das políticas afirmativas para as pessoas de origem indígenas, quilombolas, portadoras/es de alguma deficiência e também a possibilidade de concorrer a vagas no ensino superior pessoas de acordo com sua renda familiar de subsistência. Com a política de ações afirmativas, o corpo estudantil também tem uma nova cara: filhos da classe trabalhadora que estavam reivindicando um maior número de vagas nas UF durante a ditadura militar conhecidos como os “excedentes”, agora têm a possibilidade de adentrar na universidade federal e pública.

“A IV Pesquisa mostrou que, em 2014, as IFES eram mais negras. Em 2003, autodeclarados (as) brancos (as) somavam 59,4% da população dessas instituições, em 2010 esse índice cai para 53,9% e em 2014/5 chega a 45,7%. Na tendência oposta, autodeclarados (as) pretos (as) tinham crescido em participação nas IFES na respectiva cronologia de 5,9%, para 8,7% e 9,8%. Pardos (as), na mesma trajetória, foram de 28,3% para 32,1% e em 2014/5 compunham 37,8% da população-alvo. Em outras palavras, 47,6% dos (as) estudantes das IFES eram negros (as), em 2014. Em valores absolutos, quase triplicou sua participação, comprovando o efeito das políticas de democratização do acesso. (FONAPRACE, 2019, p. 08)”.

Agora, o corpo universitário, apesar de ser ainda muito restrito, é considerado um avanço na discussão da democratização do ensino superior. Segundo o último relatório do FONAPRACE (2019), no ano de 2014 foi possível verificar o número de estudantes autodeclarados pretos/as e/ou pardos/as (47,6%) fruto das políticas de ações afirmativas implementadas desde 2012.

“Não podemos negar que o diagnóstico extraído resulta de um processo de expansão das universidades, como por exemplo o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) , e com os programas como o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) que compõe o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e a Lei 12.711/2012 conhecida como “Lei de Cotas” junto a ampliação da assistência estudantil através do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nas Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, que deram condições permanência e maior mobilidade territorial para estudantes, ainda que limitada, porém, sem este movimento dificilmente poderiam ter concluído a graduação. Estas/es discentes em sua maioria, como veremos nos dados do perfil, oriundas/os de universidade públicas, compunham o tripé ensino-pesquisa-extensão, aprendendo, desenvolvendo conhecimento e dialogando com a comunidade. (ABEPSS, 2017, p. 03)”

Enquanto em 2003 os/as estudantes que se declararam pretos/as e/ou pardos/as somavam o número de 34,2%, em 2014 tem-se o número de 47,6%. Entre os anos de 2014 e 2015 os/as estudantes que viviam com uma *renda mensal per capita* de 1 salário mínimo e meio eram 66,2%, conforme indicado no relatório.

Uma outra percepção também pode ser feita quanto a influência do modelo neoliberal e a participação estudantil em espaços de decisão política. Como o neoliberalismo na América latina, segundo Anderson (1995) se expressa como “[...] na terceira grande cena de experimentações neoliberais (p. 09)”, as mudanças no âmbito da ideologia, é fato importante como elemento no ME e sua organização política. Segundo Silva (2008) a mudança nas discussões políticas, dentro do ME agora, tem uma característica mais particularista, menos centralizada nas questões referente à luta de classes.

“Ademais, a reconfiguração do Estado, em que este se minimiza cada vez mais e transfere suas responsabilidades para o mercado e para a sociedade civil, faz ressurgir o discurso da solidariedade, da responsabilização da sociedade civil para com os problemas advindos da exploração capitalista. Assim, a relação da sociedade civil com o Estado deixa de se mediar, como era no período de efervescência política, pelo viés

contestador e reivindicador e passa a mediar-se pela lógica da parceria, da co-responsabilização. (p. 44)”

Atravessados pela conjuntura, no ME “[...] é pelos rebatimentos da hegemonia do projeto neoliberal que os seus níveis de organizações e articulações políticas são postos em crise. (SILVA, 2008, p. 35)”. Definido como “um movimento social, pluriclassista, heterogêneo (p. 38)” o ME, assim como outros movimentos e organizações sociais passam por um período de desarticulação generalizada, gestados pelo neoliberalismo. Esses números são expressos durante o relatório da ABEPSS (2017), na sessão definida como “ativismo”. Detalhando informações sobre a participação política estudantil, com 536 respostas coletadas, 51,2% das/os estudantes informam que não participaram do movimento estudantil, 37,9% participaram do MESS e o 23,8% das pessoas entrevistadas fizeram parte do movimento estudantil geral. Esses dados são importantes para traçar um pouco melhor, de como é formado esse novo corpo discente no Serviço Social. Considerando dados sobre o perfil das/dos estudantes de graduação de Serviço Social⁶³, conforme o relatório da ABEPSS (2017), realizada com quase 600 estudantes, a pesquisa aponta que de 536 respostas, 13,4% das/os estudantes tiveram acesso à universidade pela política de cotas (Lei 12.711/12).

“Dos discentes que ingressaram por cotas, com 91 respostas podemos identificar que 61,5% se deu por escola pública, 16,5% por renda bruta per capita inferior a 1,5 salário mínimo (recorte social) e 14,3% por pretos, pardos e indígenas (PPI), pela política de cotas raciais. (ABEPSS, 2017, p. 14)”

Mais detalhadamente, no campo de acesso pelas políticas afirmativas

“Quanto a questão se durante a graduação foi beneficiário de algum programa de ações afirmativas/permanência, com 536 respostas, 72% afirmam que não foram contempladas ou não participaram. Aos que foram 25% com a bolsa permanência, 15% com alimentação, 8,8% com transporte e 7,8% com moradia. (Ibidem, p. 17)”

É inegável que com a vitória do PT há uma forte comoção da população, pois toda sua campanha foi feita como o slogan de ter “[...] referências nas lutas e embates políticos encampados pelos trabalhadores (SILVA, 2008, p. 45)”, representando para o campo da

⁶³ No serviço social, os dados referentes ao perfil estudantil da graduação até o momento, seguem muitos deslocados cronologicamente. Para dar um número de informações, recorreremos ao relatório realizado pela Gestão 2017-2018 da ABEPSS. Podem ser que existam outros documentos que tragam esse levantamento do perfil estudantil no Serviço Social, porém, encontramos que no relatório da Abepss, que a pesquisa é direcionada para as/os estudantes de pós-graduação.

esquerda e dos movimentos sociais um outro tipo de direção na política brasileira. Porém, Silva (2008) ainda afirma que o significado para o MESS

“Momento este que é ainda marcado por um amplo envolvimento dos estudantes com uma luta mais geral, de ampliação da liberdade, da autonomia e da ampliação de direitos no âmbito universitário, como também a vinculação dos estudantes de Serviço Social às bandeiras de luta da categoria profissional que fortemente organizada, se conduzia num processo de consolidação de um projeto profissional que se destaca pela afirmação de princípios éticos como liberdade, igualdade, justiça social e compromissos políticos como democracia, cidadania, participação, manifestando claro vínculo com a classe trabalhadora. (p. 45)”

Essas análises e percepções também são sentidas e combatidas dentro do MESS. Desenha-se mais um cenário de grandes críticas a relação com a UNE, a partir das entidades de área, pois

“Com a posse de Lula na presidência da república em 2002, o PCdoB, partido que compõe a direção majoritária da UNE, começa a ocupar cargos importantes no governo como Ministérios, Secretarias, etc. Lula ao invés de combater o neoliberalismo, o aprofunda em níveis inacreditáveis, configurando uma enorme traição à classe trabalhadora e ao projeto político defendido pelo PT. É no governo Lula que, por exemplo, as universidades privadas se multiplicam descontroladamente e é proposta e aprovada a contrarreforma universitária e da previdência [...] (ENESSO, 2014, p. 05)”.

Apesar desses inúmeros avanços quanto à mudança do perfil estudantil nas universidades públicas, o ME sempre atento às entrelinhas dos processos compôs junto com outras entidades⁶⁴ diversos apontamentos significativos quanto a esse momento na educação superior.

“De acordo com o Governo Federal, ‘o objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão’. Porém a realidade é bem diferente. Políticas como o REUNI, PROUNI, FIES, entre outras mostram um projeto de sucateamento das universidades públicas através da transferência da verba pública para as universidades privadas. Diferente do que se apresenta, o REUNI não é um projeto de expansão das universidades. O mesmo cria

⁶⁴ A ENESSO nesse momento, soma-se com outras representações estudantis e fazendo um balanço de maior amplitude, iniciam-se os debates acerca da política de assistência estudantil, saindo do foco de que somente uma maior abertura de vagas universitárias são suficientes. Para esse quesito, a assistência universitária é pensada de forma a abarcar as necessidades de acesso e permanência estudantil na universidade, sendo mais um ponto defendido a defesa de uma “educação pública, gratuita e de qualidade é direito!” Passados 5 anos de aprovação e implementação do REUNI “[...] de muita propaganda midiática do governo PT e campanhas da UNE em defesa do REUNI, o movimento estudantil de luta e combativo reafirma sua posição de contrariedade ao projeto, ao mesmo tempo em que aponta seus problemas e a necessidade de luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. (FENEX, 2013, s/p).

vários novos cursos e abre inúmeras novas vagas nas universidades públicas, o que seria ótimo, porém não garante professores, estrutura física e muito menos assistência estudantil para estes estudantes. (ENESSO, 2015, p. 02)”

Diante do exposto, podemos identificar alguns aspectos no que compete a esse novo perfil discente. Reconhecendo os avanços educacionais no quesito da ampliação de novas modalidades de ingresso no ensino superior, é inegável que isso se deu a implementação das pautas do movimento negro durante os governos do PT. Porém, este mesmo governo fez uma administração que só reforça a lógica de mercantilização do ensino superior, retira o protagonismo do movimento negro quanto a aprovações das políticas de ações afirmativas e, em última instância, fragiliza a organização política dos movimentos sociais, trazendo grandes impactos para a organização política-estudantil. Como o MESS não foge dos reflexos da conjuntura o qual está inserido/sendo vivenciado, conforme Silva (2011) aponta

“É notório que as principais divergências são em relação aos cargos representativos em nível nacional e local (em cada curso específico). No serviço social, em particular, temos a presença e influência forte do PT, entre outros partidos aliados à classe trabalhadora. O PT destaca-se pela hegemonia que tinha no MESS e por ser o partido que representa o governo de coalizões no período pesquisado. Verificamos que, desde 2007 até o ano de 2010 não existe mais essa hegemonia do PT no MESS. Constatamos uma disputa dessa hegemonia e isso fica nítido nas disputas das tendências e nas análises das gestões da ENESSO. (p. 110)”

Os anos 2000 pode-se dizer que é de importante significado na história do MESS. É nele que o movimento estudantil apresenta outro perfil, com a abertura de novas vagas nas UFs. Para o MESS, esse impacto também é significativo, sobretudo quanto à organização da Executiva Nacional, como mostrado anteriormente. É nesse período também que há uma importante presença das redes sociais como espaço de mobilização para os movimentos sociais, principalmente o movimento estudantil.

2.2- Junho de 2013 ao *impeachment*: quem está nas ruas?

O fato das redes sociais estarem nesse campo de mobilização não é novo, principalmente nas articulações de organizações de movimentos sociais. Sendo utilizado tanto em

manifestações européias ou americanas, como o *Occupy Wall Street*⁶⁵, agora é pelas redes sociais que as mobilizações acontecem. “O movimento que começou no Egito e avançou pela Tunísia, Líbia, Espanha, Grécia e nos subúrbios de Londres, chegando até o *Occupy* em Nova York [...]” (SOUZA, 2012, p. 187) são exemplos de insatisfações acumuladas durante décadas, por uma parte significativa da população que utiliza as redes sociais como forma de aglutinação, preparando o terreno para ir às ruas.

No Brasil essa mesma configuração⁶⁶ toma conta, principalmente durante os anos 2000, com o grande *boom* das tecnologias (redes sociais)⁶⁷. Resultando nos protestos organizados de 2011-2015, primeiramente liderados pela classe trabalhadora, trazendo as insatisfações as ruas e, num segundo momento, que tinham como chefe as manifestações de sentimentos das classes médias e burguesas brasileiras, “[...] passaram a expressar sua insatisfação diante das políticas sociais e da intervenção do Estado na economia, de modo que, já em meados do primeiro mandato de Rousseff, a conciliação de classes deu lugar [...]” (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p. 65) ao avanço do desenvolvimento da burguesia.

É nesse espaço que temos, por exemplo, as organizações do que ficou conhecido como as jornadas de junho de 2013⁶⁸. Primeiro, o ano de 2013 está compreendido a partir do que Duriguetto e Montañó (2011) entendem como uma parte do processo de resistência contra a ofensiva neoliberal, que perdurou na América Latina durante a primeira década do século

⁶⁵ Quem são o #OccupyWallStreet? Aqui nesse texto é possível ver mais de perto, quem são as pessoas que compõem /apoiam /constroem o movimento. https://www.democracynow.org/2011/10/6/we_are_the_99_voices_from

⁶⁶ Com a expressão neoliberal de forma distinta, por aqui, “A adoção de medidas de austeridade provocou o aumento do custo de vida, intensificou a precarização do trabalho, deteriorou os salários, degradou a qualidade dos serviços urbanos e agravou problemas decorrentes da falta de acesso a terra, água e moradia, gerando variados conflitos. (TATAGIBA, GALVÃO, 2019, p. 65)”

⁶⁷ No MESS, essa inserção das tecnologias pode ser observada no documento intitulado “Uma gota de história no Movimento Estudantil de Serviço Social-MESS: resgate das duas últimas discussões na lista de e-mails “executiva-mess” - ano de 2012” de Mário Pereira, ex Coordenação Nacional durante os anos de 2010-2011. Apesar de não ser um documento de análise de conjuntura, nele há apontamentos do modo de organização da executiva a partir das redes sociais e seus objetivos.

⁶⁸ Devido ao número significativo de pessoas que participaram do momento, até hoje ele vem tentando ser compreendido, pois há diferentes perspectivas que pretendem discutir o seu significado, porém há um consenso que, como todo o movimento, ele foi reflexo de um caldo conjuntural que teve influências nacionais e internacionais.

“É nesse contexto que também se efetiva a ascensão de governos “democráticos-populares” em alguns países da América Latina [...]. Mas o capital e o Estado neoliberal não assistem passivos às ofensas dos movimentos sociais [...]. Governos afinados com a diretiva neoliberal vem adotando políticas direcionadas a desativar o potencial de resistência dos trabalhadores [...] (p. 295)”.

Com pautas reivindicando o não aumento da passagem proposta em São Paulo, com as palavras de ordem “Não é só por 0,20 centavos!”, os ideais do Movimento Passe Livre (MPL) disseminou por todo o país, seja por meio de atos, manifestações ou pelas redes sociais. É nesse cenário também que a comunicação social toma outra vertente. Os meios de comunicação não tradicionais e principalmente as plataformas de comunicação (redes sociais como *facebook*, e *twitter*) via internet, são locais que ampliam esse movimento.

Traçando melhor as pautas que estavam sendo levantadas naquele momento, o coletivo Intervezes (2014) elaborou uma análise das coberturas das manifestações de junho de 2013 em três mídias tradicionais

“Do ponto de vista geral, as Manifestações de Junho podem ser pensadas como parte dos novos processos de ação coletiva que vêm se desenhando nas últimas décadas. Modos inovadores de organização e mobilização que se dão por meio da conexão de diversos atores em rede e que se utilizam das tecnologias da comunicação como elemento catalisador de vontades. Com outra dimensão, a Primavera Árabe e o Movimento 3M na Espanha são alguns dos antecedentes recentes mais significativos deste novo modo de ação coletiva.” (INTERVOZES, 2014, p. 07)

Conforme Antunes (2013) afirma as manifestações tiveram seu ponto maior de mobilização, no dia 17 de junho de 2013 “[...] com mais de 70 mil participantes em São Paulo, dezenas de milhares no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, etc. [...] em 20 de junho, quase 400 cidades, incluindo 22 capitais, saíram em manifestações e passeatas (p. 37),” que nos demonstra a força e magnitude do movimento⁶⁹.

⁶⁹ No início os atos eram majoritariamente compostos por membros de partido de esquerda que além de contestar o aumento do valor das passagens, reivindicavam o passe livre estudantil para estudantes e estudantes-trabalhadores que moravam nas periferias e que são os maiores usuários do transporte público. A pauta do direito à tarifa justa foi a primeira a se difundir em vários estados e capitais, abrindo o leque para outras reivindicações. Aumento de investimentos para educação, saúde, o direito a um transporte público e de qualidade, a crítica aos megaeventos e também a manifestações contra a corrupção, são alguns exemplos de como há uma variedade de reivindicações nesse momento.

As medidas neoliberais que foram sendo implantadas, principalmente quando se trata das privatizações, causaram um mal estar coletivo. Além disso, Antunes (2013) afirma mais três planos de fundo, anterior às manifestações de junho de 2013, há o movimento contra a copa do mundo⁷⁰ sendo gestado, que sinaliza a particularidade brasileira e o descontentamento gradual com os rumos que as políticas públicas estavam tomando num governo gerido pelo Partido dos Trabalhadores- PT até hoje considerado maior símbolo da esquerda brasileira.

Sobre essa questão Lima⁷¹ (2017) faz uma importante observação:

A linguagem política, que gradualmente foi sendo materializada nos coletivos populares e, em certa medida, espalhada até as classes subalternas, compunha ações dedicadas à reação contra os retrocessos nos mais diferentes direitos sociais, à precarização do trabalho, bem como ao enfrentamento ativo e propositivo dos dilemas organizativos internos aos partidos e sindicatos (por exemplo) que precisavam se oxigenar para se tornarem unificadores das demandas e das novas iniciativas populares. Tratava-se, portanto, de um questionamento público e legítimo sobre a lógica impressa na ação política calcada na conciliação e nas negociações setoriais apenas a partir dos canais de participação instituídos (p. 241)

As manifestações populares que estavam acontecendo no Oriente Médio/ Europa e também América Latina que eclodiram com a crise estrutural de 2003, impactam profundamente as revoltas de 2013 e estava participando dela eram a maioria jovens a partir das convocações nas redes sociais. Ao passo que o movimento ia se expandido, tanto no número de adesão de vários públicos⁷² quanto nas estratégias utilizadas para conter as manifestações, a

⁷⁰ Sediada no Brasil em 2014, com o slogan “Copa pra quem?”, o movimento contesta o superfaturamento em megaeventos em detrimento de despejos forçados de populações locais em estádios que foram sede. Mais informações em <https://apublica.org/2013/06/por-protestam-contracopa/>. De acordo com Araújo (2016), na Copa das Confederações aproximadamente 80 mil torcedores vaiaram a presidente Dilma Rousseff, que ficou conhecido como uma das primeiras demonstrações de insatisfação contra o governo, neste caso de membros da classe média brasileira, pois eram os que poderiam pagar cerca de 400 dólares por um ingresso.

⁷¹ A tese de Lima se constitui num importante e necessário estudo sobre as manifestações que ocorreram no Brasil entre os anos de 2013 à 2020. “Protestos brasileiros no ciclo 2013-2015: uma análise gramsciana das ações coletivas populares”. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/177590>

⁷² Uma outra observação é importante considerar nesse momento, sobre os diferentes públicos em diferentes momentos da manifestação. De maioria jovens e trabalhadores, num primeiro momento, no início do movimento estavam mais presentes pois, conforme Antunes (2013) afirma, estes eram os que mais sentiriam na pele o aumento do valor da passagem pois utilizavam o transporte público para todas as suas atividades diárias (estudar, trabalhar, lazer etc). Além dessa questão, os jovens que estavam indo às ruas tinham alguma afinidade com partidos políticos à esquerda, sejam engajados politicamente ou não, apresentavam uma significativa consciência política. Num dado momento, “somaram-se às manifestações milhares de jovens que se rebelavam e reivindicavam um movimento

partir das repressões da polícia militar sendo veiculadas pela grande mídia, foi o ponto chave para cada vez mais o movimento fosse crescendo tanto no número de manifestações e atos políticos, quanto o número de diferentes classes sociais⁷³ que iam aderindo a ele.

Somam-se as manifestações outro público estudantil: os estudantes que, além de trabalhar e estudar, são oriundos das universidades particulares que “[...] também está descontente com a sua faculdade privada cara e de péssima qualidade, e que trabalha para pagar o transporte coletivo, para manter um convênio médico privado ruim.” (ANTUNES, 2013 p. 41). A composição das manifestações ficava cada vez mais plural, com diversidade de ideologias e pautas, movimentos de esquerda e de direita, inclusive jovens que nunca haviam participado de manifestações⁷⁴. Com a amplitude deste movimento, alguns grupos de direita tentavam influenciar esta nova massa de jovens manifestantes. Movimentos de direita e grupos neonazistas começaram a “expulsar” movimentos e partidos de esquerda das manifestações, com o apoio de grupos que se diziam apertados. Segundo Antunes (2013), diante da sucessão de ataques de grupos de direita, o Movimento Passe Livre saiu das manifestações

“[...] a partir daí o pontapé inicial já estava dado, e a onda de mobilizações espalhou-se por todo o país. Essas manifestações, por fim, vale acrescentar, voltam-se contra o sistema de governos existentes. Não foram manifestações especificamente contra a Dilma, ou contra o Alckmin, ou contra o Haddad, o Eduardo Paes, o Cabral. Mas foram, simultaneamente, contra todos. Contra o governo federal, contra os governos estaduais, contra os municipais, no caso do Rio até mais evidentemente.” (p. 42)

mais horizontalizado, mais plebiscitário e que tem em comum a percepção de que há um desgaste da política profundo nas formas de exercício da política tradicional”. (p. 40)”

⁷³ “E deu-se também a inclusão nefasta de setores claramente de direita. Estes, juntamente com o apoio da mídia, passaram a encampar a bandeira contra os partidos, iniciando uma onda de agressões contra partidos e demais movimentos sociais de esquerda. Quem portasse uma bandeira vermelha corria o risco de ser agredido por pequenos, minoritários, mas virulentos grupos protofascistas, que estão enfiados na sociedade e que tentaram influenciar ou conduzir esses movimentos, impondo uma bandeira claramente de direita junto com as bandeiras de esquerda. Além disso, deu-se a clara entrada da polícia secreta (chamado P2) e outros setores cuja participação não tinha conexão alguma com as reivindicações iniciais, com alguns pequenos bolsões vinculados à economia do crime. (p. 41)”

⁷⁴ Conseqüentemente, para frear as manifestações, o aparato policial vem com toda a carga, reprimindo-as violentamente, porém o confronto entre a Polícia e manifestantes e até mesmo jornalistas sofreram agressões, causando indignação e como efeito mais pessoas aderiram aos protestos, em diante os atos tiveram mais visibilidade através da mídia que exibiam em tempo real ataques que a polícia exercidos pela polícia militar.

Com a revogação do aumento do valor das passagens ocorreu dispersão de ideias e valores as manifestações que possuíam bandeiras mais genéricas. Com a popularidade da presidente Dilma Rousseff cada vez mais baixa, o movimento de direita avançou e alcançou mais pessoas

“[...] mas a mudança na estrutura de oportunidades políticas decisiva para as direitas foi a reeleição de Rousseff. Em 2014, às vésperas das eleições, o movimento Vem pra Rua finalmente conseguiu levar cerca de 10 mil manifestantes para as ruas; os ultraliberais e o Movimento Renovação Liberal (liderado por Renan Santos) organizaram-se em torno da campanha do candidato a deputado Paulo Batista, conhecido como “herói do Raio Privatizador”, produzida pela empresa de vídeo de Alexandre Santos.” (ROCHA, 2018, s/p)

Estava evidente que o modelo lulista de conciliação entre as classes que a Presidente Dilma seguia, não era suficiente para atender as exigências da população, inclusive as que estiveram presente nas primeiras manifestações de 2014, já era possível identificar um movimento antipetista⁷⁵, aprofundando-se nas manifestações de 2015.

“De um lado, as políticas públicas implementadas pelos governos Lula e Rousseff promoveram melhorias no mercado de trabalho e na distribuição de renda, possibilitando a redução do desemprego, das desigualdades e das hierarquias sociais. Esses resultados repercutiram no processo político e nas formas de ação coletiva, provocando reorientações significativas entre os subalternos: novos grupos foram reconhecidos como atores políticos e integrados à arena política. Destacam-se, nesse sentido, as políticas de combate à violência contra a mulher, de reconhecimento da comunidade LGBT, de inserção produtiva de mulheres agricultoras, dentre outras. [...] seria possível afirmar que as políticas sociais e de reconhecimento de minorias afetaram os alicerces do “autoritarismo social” no Brasil. De outro lado, os limites de um governo de conciliação de classes geraram insatisfação por parte de movimentos sociais tradicionalmente próximos ao PT, que passaram a denunciar a insuficiência das políticas sociais e seus efeitos perversos.” (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p. 72)

⁷⁵ Para Tatagiba e Galvão (2018), o fortalecimento do antipetismo realizou-se após a derrota e contestação do resultado da eleição do candidato Aécio Neves, inicia questionamentos por parte da direita sobre o “funcionamento da democracia” e corrupção, ou seja quando não ficaram satisfeitos com o resultado, logo a democracia não está exercendo seu papel e/ou houve fraude no processo eleitoral. A insatisfação desses setores não era somente com o governo Dilma, mas especificamente com as conquistas de direitos e espaços que foram alcançados pela classe trabalhadora, com os acessos a locais que eram predominantemente frequentados pela classe média e classe média alta.

Segundo Rocha (2018), logo após a reeleição da Presidente Dilma, apoiadores do candidato à presidência Aécio Neves insatisfeitos com a derrota, como destaque ao candidato Paulo Batista, convoca-se em sua rede social (*facebook*) uma manifestação *pró-impeachment* da presidenta Dilma.

“Apesar de ter recebido 100 mil confirmações online e o apoio de Olavo de Carvalho e Marcello Reis (da página Revoltados Online), a imprensa registrou a presença de apenas 2.500 pessoas na Avenida Paulista, munidas de bandeiras do Brasil e cartazes com dizeres como “Fora PT”, “Fora Dilma” e “Fora corruPTos”, ao lado de personalidades como Lobão e Eduardo Bolsonaro.” (s/p.)

Podemos verificar a clara diferenciação dos manifestantes que foram às ruas em 2013 e os de 2015. Os manifestantes de 2013 eram em sua grande maioria estudantes e estudantes trabalhadores que lutavam por um preço justo da passagem e melhoria na saúde, educação e segurança, e em 2015 quem compõe majoritariamente as manifestações de rua são de classe média.

“As políticas públicas implementadas pelos governos petistas afetaram, material e ideologicamente, as diferentes classes e grupos sociais. As políticas sociais feriram, direta ou indiretamente, a ideologia meritocrática, isto é, a crença de que o sucesso se deve ao esforço e aos méritos individuais, geralmente associados à trajetória escolar e à obtenção de um diploma.” (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p. 77)

Liderados pelo Movimento Brasil Livre (MBL), vários outros grupos foram se formando nas redes sociais, com a pauta principal de “combate a corrupção”, estes dão o tom “do renascimento” da direita no Brasil nas manifestações nas redes sociais e depois indo às ruas. Um outro grupo que cresceu nas redes sociais e teve bastante influência nas manifestações em 2014, foram os Revoltados Online (RO). Esse grupo existe desde 2010, porém com os resultados das eleições favoráveis a Dilma Rousseff, se alia ao MBL e apesar de ambos serem liberais, possuíam direcionamentos/propostas diferentes. Enquanto o MBL tinha como pauta o *impeachment* da ex-presidente, o grupo Revoltados Online além de solicitar a saída de Dilma também reivindicavam intervenção militar.

Segundo Souza (2020), a continuação dos atos têm “[...] caráter mais festivo, com a presença de trio-elétricos e carros de som, camisas verde-amarelo, bandeiras, pins e bottons,

etc (p. 155)”. Alguns grupos realizavam coreografias acompanhadas de músicas com os dizeres: “fora Dilma, fora Lula, fora PT”, além de bandeiras contra a corrupção, vários membros do movimento apoiavam a intervenção militar. Concomitante as manifestações dos movimentos de direita, ocorriam manifestações contra o *impeachment*, com os dizeres “Não vai ter golpe” e em defesa da democracia. Vale destacar que Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita presidente do Brasil, com isso não podemos deixar de abordar a violência de gênero sofrida pela mesma, desde tentativas de licenciamentos em seus discursos à objetificação sexual, exemplo deste foi o uso por diversos motoristas de “fotografias de adesivos da presidenta fetichizada – com as pernas abertas, salto alto e lingerie – colados no tanque de combustíveis de automóveis.” (CARNIEL; RUGGI, 2018, p. 539)

Circularam muitas imagens ridicularizando Dilma durante a campanha pró-*impeachment*, imagens estas que a colocavam como bruxa, como marionete de Lula, como se por ser mulher não tivesse capacidade de ser presidente, deslegitimando além de sua vitória, também sua trajetória na política. (CARNIEL; RUGGI, 2018). Estes são alguns exemplos entre tantos outros da violência sofrida por Dilma, não iremos nos prolongar neste tema por não ser o objetivo de nossa pesquisa, mas reforçamos que é de fundamental importância salientar estes acontecimentos.

A consolidação do golpe no dia 17 de abril de 2016, quando deputados que votaram a favor do *impeachment*, alguns afirmavam que eram contra a corrupção, mas em sua maioria, justificaram seus votos em defesa de suas famílias, do “cidadão de bem”, da igreja

“[...] O espraiamento das doutrinas neopentecostais reforçou discursos conservadores, tanto no plano moral e comportamental (concepção de família, direitos sexuais e reprodutivos) quanto no plano sociopolítico (com destaque para a escola sem partido e a redução da maioridade penal). A temática da corrupção ganhou força, sendo relacionada ao atributo moral dos políticos, especificamente, os do PT. As novas direitas passam a disputar as ruas, envolvendo grupos que combinam princípios e valores conservadores de modo distinto, mas que têm no antipetismo seu traço comum”. (TATAGIBA; GALVÃO, 2019, p. 78)

Os parlamentares que votaram contra, justificaram que estavam em defesa da democracia e que a então Presidente Dilma Rousseff não havia cometido o crime de pedaladas fiscais. O vice-presidente Michel Temer assumiu o cargo e seguiu com sua política neoliberal.

“[...]A justificativa da deposição de Dilma com passo necessário para a solução da crise econômica e recuperação do crescimento ignora que a austeridade fiscal diminui a demanda agregada e, em consequência, reforça a tendência recessiva que deprime as expectativas de investimento dos empresários. A alegação de que os créditos suplementares - as ‘pedaladas fiscais’ - caracterizam crime de responsabilidade desconsidera que a prática é corriqueira na administração pública brasileira, generalizada em todas as esferas de governo, e não é tipificada na Constituição como motivo para deposição de uma autoridade eleita”. (JUNIOR, 2017, p. 297)

Confirmando que o impeachment de Dilma não foi sobre a acusação das pedaladas fiscais ou não, já que como vimos era uma prática comum realizada entre governantes, o que Dilma sofreu foi um golpe político organizado e favorável para os parlamentares do PMDB que estavam sendo investigados pela chamada Operação Lava Jato, que o Presidente da República, Michel Temer seguiu com as políticas liberais colocadas por seu partido.

O caldo político gerado durante os anos de 2013 a 2016, é considerado um assunto muito novo, que suscita a necessidade de uma maior atenção. Por hora, observamos que estes eventos afetam toda uma geração de jovens que estão dentro ou fora do movimento estudantil, seja para participar politicamente das entidades, compor executivas, coletivos, ir a manifestações ou até estar aberto para entender ou participar das reuniões do seu segmento. Neste sentido, o debate em torno dos eventos ocorridos e tudo que se sucedeu depois no cenário político brasileiro, parece apontar na direção de uma necessidade maior de discussão e pesquisa sobre o que significou aquelas manifestações que foram convocadas nas redes, mas apresentavam demandas concretas vivenciadas pela sociedade brasileira em geral com destaque para os estudantes de forma em geral. Tendemos a concordar com Lima (2017) que faz uma importante observação sobre aqueles eventos:

“Ficou claro o questionamento profundo à naturalizada ideia de líder que, quase sempre, é confundida pela busca de um “salvador onipotente e onipresente”. Crítica que enfatizava o aprendizado a partir da própria experiência organizativa na tentativa de revigorar certas referências partilhadas nos grupos sociais de origem (partidos políticos, movimentos secundarista, movimento estudantil universitário etc) para transcendê-las no sentido de reagrupar/reorganizar política e organicamente os descontentes com os espaços político-partidários existentes. Ampliar o repertório político -organizativo desse espaço poderia ter dado maior vazão aos esforços, sobretudo, da massa jovem que reclamava por ações participativas e por bandeiras de luta mais próximas dos seus dilemas reais, ao mesmo tempo em que questionavam o próprio senso comum no qual obtiveram sua formação política (p. 254)

Entendemos que esse é um exercício extremamente difícil nos dias atuais, mas necessário ao Movimento Estudantil em Serviço Social e a todos aqueles que se identificam com o campo progressista da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos a seguir servem como gancho para suscitar uma maior reflexão sobre os movimentos estudantis contemporâneos, principalmente no MESS e assim contribuir para formação política e profissional de novas/os militantes.

Lembrando que as considerações apontadas tem um limite definido pelo objetivo de escrita- trabalho de conclusão de curso- portanto este é uma pequena parte ainda em processo de construção. Esperamos que a partir daqui possam surgir novas inquietações e ações, tão características/próprias ao MESS.

Sendo assim, constatamos que com o avanço da política neoliberal e seu impacto direto na mudança do perfil universitário conseqüentemente acarretou mudanças no perfil militante, mudanças presentes até hoje nos movimentos estudantis, objeto de nosso estudo nesse momento. Como apresentado, toda a conjuntura política, seja nacional ou internacional, traz impactos significativos aos movimentos estudantis, pois compõem um todo social e o processo de desmobilização e desarticulação das/dos estudantes nos espaços de organização e representação estudantil, é um reflexo dessa totalidade.

No caso dos movimentos estudantis brasileiros, o peso do período ditatorial e do impacto do neoliberalismo no campo da educação, interfere profundamente até hoje nas mobilizações e no processo de encantar novas/os militantes que estejam comprometidas com o MESS. Apesar desses enormes desafios, o Serviço Social consegue manter um número pequeno mas importantíssimo de militantes-estudantes. Aqui, apesar do forte desencanto gestado pelo neoliberalismo, o MESS vem se renovando no jeito de conquistar outros espaços na sociedade.

A partir de 2015 e com o ressurgimento dos movimentos de direita, principalmente da juventude, são um dos desafios enfrentados pelo ME. Um outro desafio seria o caso das disputas

na direção das entidades estudantis. Ela é importante, pois sinaliza a dinâmica política presente nas entidades, porém, é necessário, aqui enfatizando a ENESSO, sempre retornar a pauta da discussão da qualidade e formação profissional.

O primeiro passo seria então um esforço coletivo na defesa da formação profissional aliando teoria e prática, articulando com o conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS, ou outros coletivos comprometidos com a qualidade do ensino crítico, presencial e combativo as ideias simplistas, o movimento estudantil consegue fortalecer sua prática e assim, conquistar mais militantes. Realizar momentos e formação continuada, junto com outros movimentos sociais fora universidade, ações de extensão com outros movimentos estudantis etc pode ser o início dessa rearticulação.

Ressaltamos a importância na militância durante a graduação, traz um novo olhar para o mundo e grande diferença na formação profissional e futuramente na atuação enquanto assistentes sociais. Reforçamos também que a participação na luta na área da educação, não anula nosso horizonte para uma sociedade justa e igualitária, na realidade é o oposto, fortalece a nossa luta em busca para a superação no capitalismo.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Relatório da pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação de serviço social.** 2017 Disponível em < <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/arquivo-2-pesquisa-abepss-202004021016188712970.pdf>> Acesso em 23/12/2020.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 127, p. 456-475, Dec. 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n127/0101-6628-sssoc-127-0456.pdf>> Acesso em 05/11/2020.

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo.** In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23. Disponível em < <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson>> Acesso em 24/01/2021

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho.** Editora Boitempo. São Paulo, 2005.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era de mundialização do capital.** Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/agosto, 2004 Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf> > . Acesso em 22/01/ 2020.

ANTUNES, Ricardo. **As rebeliões de junho de 2013.** In: Observatorio Social de América Latina, año XIV, N° 34, novembro de 2013. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D9113.dir/osal34.pdf#page=38>> . Acesso em 02/01/2021.

BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa. **Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes.** Revista Pesquisa e Debate. v. 18, p. 27-47. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237587589_OS_ANOS_DOURADOS_DO_CAPITALISMO_UMA_TENTATIVA_DE_HARMONIZACAO_ENTRE_AS_CLASSES1> Acesso em 17/12/2019.

BEHRING, Elaine. R; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BERNARDO, João. **Estudantes e trabalhadores no Maio de 68.** Revista Lutas Sociais. nº 19/20. p. 22-31, São Paulo, 2008. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18749>> Acesso em 03/02/2020.

BIANCHI, Alvaro; BRAGA, Ruy. **1968 e depois: os estudantes e a condição proletária**. Revista Outubro, n. 17, 2008. Disponível em < <http://outubrorevista.com.br/1968-e-depois-os-estudantes-e-a-condicao-proletaria/>> Acesso em 22/01/ 2020.

BRAGHINI, Katya Zuquim; CAMESKI, Andrezza Silva. **"Estudantes democráticos": a atuação do movimento estudantil de "direita" nos anos 1960**. Educ. Soc., Campinas , v. 36, n. 133, p. 945-962, Dec. 2015. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00945.pdf>> Acesso em 03/01/2021

BRAZ; Marcelo; NETTO, José. P. **Economia política: uma introdução crítica**. 5ª edição, São Paulo: Cortez, 2009.

CARNIEL, Fagner. RUGGI, Lennita. RUGGI, Júlia de Oliveira. **Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 24, n. 3, set.-dez., p. 523-546, 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/op/v24n3/1807-0191-op-24-3-0523.pdf> > Acesso em: 04/03/2021.

CARVALHO, Cristiano C; REIS, Leonardo D; SANTOS, Tiago B. **Um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar: a participação do movimento estudantil no Método BH**. XIII CBAS. 2010, p. 01-13. Disponível em < <https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/um-passo-c3a0-frente-e-voccc3aa-nc3a3o-estc3a1-mais-no-mesmo-lugar-a-participac3a7c3a3o-do-movimento-estudantil-no-mc3a9todo-bh-2010.pdf>> Acesso em 12/11/2020.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada**, Brasília: CFESS, 2012. 204p. Disponível em < <http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM30ANOSDAVIRADACFESSsite.pdf>> Acesso em 05/11/2020.

CRUZ, César Albenes de M. **Sobre as origens da Teoria Marxista da Dependência (TMD)**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 16, n. 1, 2018.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. **A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina**. V Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, UNICAMP, 2007. Disponível em <https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/ses_sao4/Pedro_Duarte.pdf> Acesso em 02/09/2020.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO). **Resgate histórico da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social: história de luta e organização política no movimento estudantil**. 2007, p. 01-13.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO). **História da Enesso**. setembro, 2014. Disponível em <

<https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/histc3b3ria-da-enesso.pdf> > Acesso em 05/11/2020.

(ENESSO). **Quadro de temas do ENESS.** 2014. Disponível em <https://enessooficial.files.wordpress.com/2014/09/quadro-de-temas-dos-eness.pdf> Acesso em 05/11/2020.

(ENESSO). **A quem serve teu conhecimento?** 2015. Disponível em <https://enessooficial.files.wordpress.com/2015/08/a-quem-serve-teu-conhecimento-enesso-2015.pdf>. Acesso em 24/12/2020.

EPAMINONDAS, Paulo. **Políticas educacionais brasileiras de FHC e Lula: uma reflexão paralela.** 2016. Disponível em <<https://www.slideshare.net/FernandoMedeiros1/politicas-educacionais-brasileiras-de-fernando-henrique-cardoso-fhc-a-lula-uma-reflexo-paralela> > Acesso em 18/01/2021

FENEX. **FÓRUM NACIONAL DE EXECUTIVAS E FEDERAÇÕES DE CURSOS. O desmonte da Universidade Pública: 5 anos de REUNI e suas mentiras.** Online. 10 de julho de 2013. Disponível em <<https://fenex.wordpress.com/2013/07/10/o-desmonte-da-universidade-publica-5-anos-de-reuni-e-suas-mentiras/>> Acesso em 13/12/2020.

FERREIRA, Suely. **As políticas de expansão para a educação superior dos governos do partido dos trabalhadores (2003-2016): inclusão e democratização?** Revista Educação Unisinos – v. 23, n. 2, abril-junho 2019. Disponível em <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2019.232.04/60746957>> Acesso em 11/12/2020

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) dos IEFES- 2018.** Brasília, 2019 Disponível em < <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>> Acesso em 11/12/2020.

FREITAS NETO, José Alves de. **A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana.** Revista Ensino Superior Unicamp, v. 3, p. 62-73, 2011. Disponível em <http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/10.pdf > Acesso em 04/08/2020.

GENNARI, Adilson Marques. **Globalização, neoliberalismo e abertura econômica nos anos 90.** Revista Pesquisa & debate, v. 13, nº 1 (21), p. 30-45, São paulo, 2001. Disponível em <<https://ken.pucsp.br/rpe/article/viewFile/12029/8709>> Acesso em 21/01/2021.

GESTEIRA, Luiz André M.G. **A guerra fria e as ditaduras militares na américa do sul.** Revista Scientia Plena, v.10, nº 12, Sergipe, 2014. Disponível em: < <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/2062>> Acesso em 04/04/2020.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Edições Loyola. São Paulo, 1992

HOBSBAWM, Eric, J. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 178-310.

HOBSBAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo, Paz e Terra, 1998, p. 305-316.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 141-155.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Vozes Silenciadas: mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo**. São Paulo: Intervezes, 2014. Disponível em < <https://intervozes.org.br/arquivos/interliv009vozsmp-baixa.pdf> > Acesso em 29/01/2021.

JUNIOR, Americo Alves Lyra; BELLINTANE, Adriana Iop. **Segunda Guerra e Guerra Fria: reflexões para a América Latina**. OPSIS, v. 14, p. 225-242, . Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/30403>. Acesso em 30/08/2020

JUNIOR. Plínio de Arruda Sampaio. **Um desfecho melancólico: notas sobre o momento histórico e os desafios da esquerda**. In: Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico. Uberlândia (MG), 1 ed. 2017. p. 293-306.

KRILOW, Letícia. S.W; MARTINS, Luis Carlos P. **A crise de 1929 e seus reflexos no Brasil: a repercussão do crack na Bolsa de Nova York na imprensa brasileira**. Trabalho apresentado no GT de História e Imprensa no 10º Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Mídia. Rio Grande do Sul, 2015, p. 01-15. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-imprensa/a-crise-de-1929-e-seus-reflexos-no-brasil-a-repercussao-do-crack-na-bolsa-de-nova-york-na-imprensa-brasileira/view> Acesso em 30/08/2020

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 87, p. 77-95, julho/2010. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a05n87.pdf> >. Acesso em 28/12/2020.

LIMA, Telma C. S. **Gramsci e ações coletivas populares: uma releitura dos protestos brasileiros no ciclo 2013-2015**. Revista O Social em Questão, Ano XX, nº 39, p.241 – 264. Set a Dez/2017. Disponível em <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_39_art_13_Lima.pdf > Acesso em 05/03/2021

LOPES, Josefa Batista. **50 anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo**. Revista de Políticas Públicas, v. 20, n. 1, p. 237-252, 2016. Disponível em < <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321146417016.pdf> > Acesso em 03/10/2020.

MARRACH, Sonia Alem. **Neoliberalismo e educação**. 2015. Disponível em < <http://portal.iadebrasil.com.br/pos/biblioteca/alfabetizacao-letramento/moduloI/pdf/3%20Neoliberalismo%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em 24/01/2021.

MATOS, Sidney Tanaca. **Conceitos primeiros de neoliberalismo**. Revista Mediações. v. 13, n° 1-2, p. 192-213, dezembro de 2009. Disponível em < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3314/0>> Acesso em 20/01/2021.

MANDEL, Ernest. **Lições do Maio de 1968**. Revista Movimento. Junho de 2018. Disponível em < <https://movimentorevista.com.br/2018/06/licoes-de-maio-de-68-mandel/>. Acesso em 29/03/2020.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo, 1982, p. 175-192.

MARINI, Ruy Mauro. **O movimento estudantil na América Latina**. Les temps modernes, n. 219, 1970. Disponível em < http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/038_movimentos_estudiantis.pdf> Acesso em 10/11/2019.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p.248-309.

MOREIRA, Tales. CAPUTI, Lesliane. **As Diretrizes Curriculares da Abepss e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016. Disponível em < <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14006>> Acesso em 23/12/2020.

MULLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em < <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06102010-161921/pt-br.php>> Acesso em 10/09/2020.

NÃO vai ter golpe!: o nascimento de um Brasil livre. 2019. Direção de Alexandre Santos e Fred Rauh. Disponível em: Acesso em: 20/02/2021.

NEGRÃO, João José. **O governo FHC e o neoliberalismo**. Revista Lutas Sociais, São Paulo (SP), n. 1, 1996 Disponível em < http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf> Acesso em 18/01/2021.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **O movimento de reconceituação: 40 anos depois**. Revista Serviço Social e Sociedade. n. 84, p. 1-16, 2005. Acesso em 04/10/2020.

NETTO, José Paulo. **A crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2ª edição, 1995.

NETTO, José Paulo. **Socialismo Real e a socialização do poder político**. Crítica Marxista, p. 65-66, 1994. Disponível em: <http://beneweb.com.br/resources/Teorias_e_experi%C3%A7%C3%A3o%20do%20poder%20pol%C3%ADtico.pdf> Acesso em 02/02/2019.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 1ª ed. São Paulo: expressão Popular, 2007. P. 37-45. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2649454/mod_resource/content/1/PINTO%20007%20A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Trabalho%20no%20S%C3%A9culo%2020.pdf> Acesso em 24/01/2020.

RAMOS, Sâmya Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara. **Movimento Estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do (a) Assistente Social**. Revista Temporalis. Caderno da ABESS, n. 7, Cortez: São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/revista-temporalis/edicoes-antiores/formacao-profissional-trajetorias-e-desafios-caderno-abess-n7-cortez-sao-paulo-1997-14>> Acesso em 08/12/2020.

RAMOS DA SILVA, B. M.; STAMPA, I. **O serviço social e a ditadura militar no brasil (1964-1985)**. v. 16 n. 1 (2019): Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), nov. de 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/123>> Acesso em 01/11/2020

RAMOS DA SILVA, B. M.; STAMPA, I. **O serviço social na luta contra a ditadura militar (1964-1985)**. Revista Espacialidades, v. 15, n. 01, p. 102-117, 6 nov. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/19190>> Acesso em 01/11/2020.

ROCHA, Camila. **O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. MIGUEL, Luis Felipe [et al.]; organização Esther Solano Gallego; 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4476955/mod_resource/content/1/L.%20Bulgarelli%20Moralidades%20direitas%20e%20direitos%20LGBTI.pdf> Acesso em: 20/02/2021

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez: autores associados, 1986.p. 17-80.

SANTANA, Rayane Maria, F. **A nossa luta é todo dia, educação não é mercadoria: impactos da mercantilização do ensino superior brasileira na formação em Serviço Social em Alagoas**. Maceió, 2019. Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso.

SANTA, Roberto della; VARELA, Raquel. **O maio de 68 na Europa- Estado e Revolução**. Revista Direito e Práxis. Rio de Janeiro, vol. 09, nº 02, 2018, p. 696-991. Disponível em <

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662018000200969&script=sci_arttext>
Acesso em 22/01/ 2020.

SANTOS, Tiago Barbosa. **A participação política dos estudantes de serviço social na defesa e na consolidação da direção social da formação: a práxis política dos estudantes e a relação com a formação profissional.** São Paulo, 2007.

SILVA, Mossicléia Mendes. **Reestruturação produtiva: um ataque ao trabalho.** V Jornada Internacional de Políticas Públicas- JOINPP. São Luís, agosto, 2011. Disponível em < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/TRANSFORMACOES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO/REESTRUTURACAO_PRODUTIVA_UM_ATAQUE_AO_TRABALHO.pdf > Acesso em 22/01/2020.

SILVA, Maria Izabel. **A organização política do Serviço Social no Brasil: de “Vargas” a “Lula”.** Serviço Social & Realidade, v. 16, n. 2, p. 267-282, 2010. Disponível em < <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/113/143>> Acesso em 09/11/2020

SILVA, Andréa Alice Rodrigues. **Convite à rebeldia: uma reflexão sobre o movimento estudantil de serviço social e seus desafios na contemporaneidade.** Fortaleza, 2008.

SILVA, Andréa Alice Rodrigues. **Movimento estudantil de serviço social e partido político na contemporaneidade: contradições no período do governo Lula (2007-2010).** Recife, 2011.

SOUZA, Rafael Bellan. **Primavera arabe e ocupações pelo mundo: um novo marco para a práxis transformadora.** In: Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas, de David Harvey, Slavoj Žižek, Tariq Ali et al. Revista Lutas Sociais. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. Disponível em < <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18508/13701>> Acesso em 27/01/2021.

SOUZA, Vinícius de. **Manifestações brasileiras e o movimento Vem Pra Rua: uma breve análise dos acontecimentos.** Revista Em Tese, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 143-159, jul./dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2020v17n2p143/44237> > Acesso em: 18/02/2021.

SOUZA, Claudio. A. de. **Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: Uma análise das manifestações ocorridas em 2015.** Em Debate, Belo Horizonte, v. 8, n. 3, p. 35-51, 2016 Disponível em: <http://www.opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/Claudio-Andre.pdf>. Acesso em : 18/02/2021.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016).** Opin. Publica , Campinas, v. 25, n. 1, pág. 63-96, abril de 2019. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/op/v25n1/1807-0191-op-25-1-0063.pdf> > Acesso em 27/01/2021.

THIOLLENT, Michel. **Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante**. Tempo Social. Rev. Sociol. USP, São Paulo, 10 (2): 63-100, outubro de 1998. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86781/89783>> Acesso em 10/01/2020.

VALLE, Maria Ribeiro do. **O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968**. 1997. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253288>> Acesso em 05/09/2020.

VASCONCELOS, Ailton Marques. **A trajetória política da organização dos estudantes de serviço social (1978-2002) e a sua relação com o projeto de formação profissional**. São Paulo, 2003. Disponível em < <https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/tcc-airlton-mess1.pdf>> Acesso em 05/11/2020.

VAZ, Concessa. **Maio de 1968 e o sentimento inacabado**. Revista Outras Palavras. maio de 2018.

